

REINALDO DIAS CALDAS

**A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE
ANANINDEUA-PARÁ.**

**Um Estudo das dificuldades, entendimentos e atitudes dos
Professores de Educação Física e Educação Especial, frente aos
desafios do Processo de Inclusão de alunos com Deficiência
Física.**

Orientador: Prof. Doutor António João Labisa da Silva Palmeira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Educação Física e Desporto**

REINALDO DIAS CALDAS

A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ.

Um Estudo das dificuldades, entendimentos e atitudes dos Professores de Educação Física e Educação Especial, frente aos desafios do Processo de Inclusão de alunos com Deficiência Física.

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 6 de maio de 2021, para a obtenção do grau de mestre em Exercício e Bem-Estar, com especialização em Exercício, Nutrição e Saúde, perante o júri, nomeado pelo despacho de nomeação n.º: 246/2021, de 20 de julho de 2021, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Sofia Cristina Carreiras Fonseca;

Arguente: Prof. Doutor Francisco Ramos Leitão;

Orientador: Prof. Doutor António João Labisa da Silva Palmeira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Educação Física e Desporto

RESUMO

A deficiência é parte da condição humana, provavelmente todos estaremos temporária ou permanentemente incapacitados em algum momento da vida. E a medida que cresce o aumento de matrículas de pessoas com deficiências (PCD'S) na escola, cresce a responsabilidade das instituições educacionais. A Educação Inclusiva escolar para de fato vir a se efetivar, é necessário independê-la de características de cunho social, intelectual, físico, cultural, religioso ou racial; o respeito a essa gama de diversidades encontradas no seio escolar é o grande propulsor, para que as instituições escolares eduquem alunos com necessidades educacionais especiais de forma eficiente e com igualdade de oportunidades.

O objetivo deste estudo científico investigou como vem sendo realizado o processo de inclusão de alunos com deficiência física nas escolas públicas do Município de Ananindeua – Pará, coletando informações via questionário semiestruturado, e servindo de amostra: Professores de Educação Física e Professores de Educação Especial, que atendem diretamente esses alunos em suas respectivas escolas, todos vinculados a Secretaria Municipal de Educação (SEMED); percebendo quais as dificuldades, entendimentos e atitudes os educadores tem sobre o tema.

O estudo foi realizado com uma amostra de 53 professores (N= 54,7% do gênero feminino e N= 45,3% do gênero masculino). Foi aplicado questionário semiestruturado adaptado, construído em colaboração com este autor e validado por Júri de Experts. A análise dos resultados obtidos permitiu-nos concluir que 81,1% dos docentes já tiveram a oportunidade de trabalhar nas escolas de Ananindeua com alunos com deficiência física. Onde 77,4% estão atendendo atualmente esse público em suas aulas. A forma de participação mais utilizada pelos professores: é a participação adaptada a todas as atividades físicas durante as aulas: 45,3%. Ao se deparar com a informação que possui aluno com deficiência física, a atitude dos professores em 75,5% é a Inclusão do aluno as atividades, enquanto 17% dizem que é a Integração, e 0% dispensam o aluno das aulas. Em termos de preparação para atendê-los: 45,3% dizem que estão 70 a 90% preparados, mas necessitam de formações continuadas sobre o tema, e absolutamente nenhum deles se diz 100% preparado. No entendimento de 54,7% das respostas, a acessibilidade precisa de melhoria tanto no ambiente externo, como dentro do ambiente escolar. E 0% deles entendem que a acessibilidade está perfeita.

Palavras-chave: Educação Física Inclusiva, Deficiência Física, Acessibilidade.

ABSTRACT

Disability is part of the human condition, we will probably all be fearfully or permanently disabled at some point in life. And as the growth in enrollment of people with disabilities (PCD'S) in school grows, so does the responsibility of educational institutions. School Inclusive Education, in order to actually come to fruition, must be independent of social, intellectual, physical, cultural, religious or racial characteristics; Respect for this range of diversity found within the school is the major driver for school institutions to educate students with special educational needs efficiently and with equal opportunity for all.

The objective of this scientific study was to investigate how the process of inclusion of students with physical disabilities in the public schools of Ananindeua - Pará has been carried out, collecting information via a semi-structured questionnaire and serving as a sample: Physical Education Teachers and Special Education Teachers, that directly serve these students in their respective schools, all linked to the Municipal Secretary of Education (SEMED); realizing what the difficulties, understandings and attitudes educators have about the theme.

The study was conducted with a sample of 53 teachers (N = 54.7% female and N = 45.3% male). An adapted semi-structured questionnaire was applied, built in collaboration with this author and validated by the Jury of Experts. The analysis of the obtained results allowed us to conclude that most teachers have an effective professional bond: 86.8%. 44 teachers have academic degree of Specialists, 3 are Masters and no Doctor. 81.1% of teachers have had the opportunity to work in schools in Ananindeua with students with physical disabilities. Where 77.4% are currently serving this audience in their classes. The most used form of participation by teachers: is the participation adapted to all physical activities during the classes, 45.3%. When faced with information that has students with physical disabilities, the attitude of teachers in 75.5% is the inclusion of student activities, while 17% say it is integration, and 0% dismiss the student from classes. In terms of preparation to meet them: 45.3% say they are 70 to 90% prepared, but need continuing training on the subject, and absolutely none of them say they are 100% prepared. According to 54.7% of the answers, accessibility needs improvement both in the external environment and within the school environment. And 0% of them understand that accessibility is perfect.

Keywords: Inclusive Physical Education, Physical Disability, Accessibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da Amostra segundo o gênero.	45
Tabela 2 - Distribuição da amostra segundo vínculo profissional.....	45
Tabela 3 - Distribuição da amostra segundo grau acadêmico.	46
Tabela 4 - Distribuição da amostra segundo experiência profissional	46
Tabela 5 - Tabela das Respostas da participação dos alunos.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Deficiência Física	15
Quadro 2 - Evolução de Matrículas de alunos com deficiência	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhos publicados por ano entre 2015 e 2019. Nota-se que os anos de maior incidência de publicações foram 2015, 2018 e 2019. Entre 2016 e 2017 o tema foi pouco debatido.....	38
Gráfico 2 - Classificação qualis dos periódicos das publicações em artigos analisados. No total foram analisados nove artigos, com predominância de “A2” com quatro publicações, seguido de “C” com duas publicações, enquanto as demais “B1”, “B2” e “B5”	39
Gráfico 3 - Tipos de pesquisa de acordo com os recursos metodológicos utilizados. Mais da metade dos textos analisados foram estudos de caso, os quais essencialmente relatam sobre as condições físicas de acessibilidade em escolas de nível básico no Brasil.....	40
Gráfico 4 - Atendimento aos alunos com deficiência e suas formas de participação.....	55
Gráfico 5 - Atitude do professor frente ao processo de inclusão.....	55
Gráfico 7 - Percentual de preparação para atendimento especializado aos ADF.	56
Gráfico 6 - Atitude dos Professores.....	56
Gráfico 8 - Entendimento dos professores em relação à acessibilidade.....	57
Gráfico 9 - Evolução dos alunos matriculados	65

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACD – Aluno com Deficiência

AVC – Acidente Vascular Cerebral

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

DEAPIAD – Dificuldades, Entendimentos e Atitudes de Professores frente à Inclusão de Alunos com Deficiência

DIAE – Divisão de Inclusão e Atendimento Especializado

DIEF – Divisão de Educação Física

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EF – Educação Física

EE – Educação Especial

EUA – Estados Unidos da América

GEP – Gabinete de Estratégia e Planejamento

HDL – Lipoproteína de Alta Densidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBI – Lei Brasileira da Inclusão

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDL – Lipoproteína de Baixa Densidade

MEC – Ministério da Educação

MMII – Membros Inferiores

MMSS – Membros Superiores

NBR – Normas Brasileiras

NEE – Necessidade Educacional Especial

OMS – Organização Mundial da Saúde

PARAPAM – Jogos Parapan-Americanos

PC – Paralisia Cerebral

PCD's – Pessoas com Deficiências

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDF – Pessoa com Deficiência Física

PEA – Programa Escola Acessível

PNE – Portadores de Necessidades Especiais

QV – Qualidade de Vida

SOBAMA – Sociedade Brasileira de Atividades Motoras Adaptadas

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. REVISÃO DA LITERATURA	14
1.1 Definição, tipos e classificação de deficiência física.	14
1.2 Causas de deficiência física.....	17
1.3 O percurso da exclusão, segregação, integração à inclusão.	19
1.4 A educação física inclusiva	21
1.5 Vantagens do esporte educacional adaptado como aliado da inclusão.....	24
1.6 Atividade física, exercício e bem-estar para alunos com deficiência física	28
1.7 Acessibilidade: a maior barreira a ser superada no caminho da inclusão.....	30
2. METODOLOGIA.....	36
2.1 Metodologia Aplicada	36
2.2 Resultados e Discussão.....	37
2.2 Tipo de Pesquisa	39
2.3 Caracterização do Estudo	41
2.4 Objetivos e Questões Investigadas	41
2.5 Instrumentos de Medida	41
2.6 Dificuldades, Entendimentos e Atitudes dos Professores frente à Inclusão de Alunos com Deficiência (DEAPIAD).....	42
2.7 Procedimentos.....	42
2.8 Análise e Tratamento de Dados	43
2.9 Definição e Caracterização das Variáveis do Estudo	44
2.10 Características da Amostra	44
3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
3.1 Resultados de natureza descritiva	48
3.2 Resultados de natureza subjetiva	57

3.3	Discussão de resultados	60
4.	CONCLUSÃO	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO	72
	ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO	75

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem como princípio fundamental garantir que todas as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais e sociais, conforme destacam Oliveira, Lourenço e Lourenço (2008, p. 88). No entanto, a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva enfrenta desafios estruturais, sobretudo em contextos marcados por relações sociais de caráter capitalista, que frequentemente impõem barreiras à inclusão plena.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, aproximadamente 1 bilhão de pessoas no mundo viviam com algum tipo de deficiência, o que representava cerca de 15% da população global. Esse número tende a crescer devido a fatores como o aumento da expectativa de vida, o avanço da medicina na identificação de deficiências, o crescimento demográfico, a mobilidade urbana e a violência, que elevam a incidência de novos casos. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) indicam que aproximadamente 24% da população—cerca de 45 milhões de pessoas—possuem algum tipo de deficiência. Esse contexto reforça a necessidade de políticas educacionais eficazes para a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, especialmente nas aulas de Educação Física.

No cenário europeu, a realidade também é preocupante. Em Portugal, conforme o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), quase um milhão de pessoas enfrentam dificuldades motoras, enquanto cerca de 28 mil são cegas e 27 mil são surdas, segundo os dados do Censo de 2011. Além disso, 13.950 pessoas com deficiência frequentam Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), e 78.175 crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) estão matriculados em escolas regulares.

Diante desse panorama, a Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório, desempenha um papel crucial na promoção da inclusão. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa disciplina não pode permanecer indiferente ao movimento de Educação Especial e Inclusiva, devendo atuar como parte essencial do currículo escolar, contribuindo para a construção de um ambiente mais acessível e equitativo (Alves, 2005). Como destacam Cidade e Freitas (2002), participar de um processo de inclusão significa respeitar as diferenças individuais e criar oportunidades de aprendizado mútuo em um contexto de diversidade.

Caras et al. (2009) apontam que a Educação Física tem o potencial de ajudar indivíduos com deficiência física a desenvolver sua identidade desportiva e ampliar sua percepção corporal, promovendo a interação com os colegas e fortalecendo a inclusão social. Essa disciplina pode oferecer oportunidades para que alunos com deficiência física permanente, como cadeirantes, superem A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

desafios e explorem suas habilidades, incentivando sua participação ativa nas aulas e em atividades esportivas (Santos, 2017).

A escola, depois da família, é um dos principais espaços de socialização e desenvolvimento humano. No contexto da Educação Física, Marzinek (2004) enfatiza a importância de uma formação adequada para os profissionais que trabalham com atividades físicas adaptadas, garantindo que possam atender às necessidades de alunos com deficiência. No entanto, Carmo (2002) alerta que, muitas vezes, apenas os alunos mais habilidosos e fisicamente aptos são engajados nas aulas de Educação Física, excluindo aqueles com necessidades especiais. Para modificar esse cenário, é essencial que os profissionais da área adotem uma abordagem inclusiva, promovendo a participação efetiva de todos os alunos e garantindo seu direito à prática esportiva e à convivência social.

Diante dessas questões, este estudo se propõe a investigar como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física no município de Ananindeua. Além disso, busca compreender de que maneira as atividades físicas escolares podem contribuir para a integração e permanência desses alunos no ambiente escolar.

A pesquisa está estruturada em sete partes. A Introdução apresenta o tema, a problemática e conceitos-chave abordados na investigação. O Capítulo I traz a Revisão da Literatura, contextualizando teoricamente o estudo. O Capítulo II detalha a Metodologia, incluindo os objetivos e a descrição da amostra. No Capítulo III, são apresentados os Resultados, por meio de análise estatística descritiva. O Capítulo IV discute os achados, relacionando-os com a literatura. As Conclusões, no Capítulo V, sintetizam os principais resultados e sugerem futuras investigações. Por fim, são apresentadas as Referências e Anexos, que complementam este estudo.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Definição, tipos e classificação de deficiência física.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, o art. 2º da nova lei define a pessoa com deficiência como: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define um sistema classificatório e descritivo das alterações funcionais, que culmina na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), substituindo a definição pela classificação da funcionalidade, sem dar ênfase na etiologia. A CIF passou de uma classificação de “consequência da doença”, na versão de 1980, para uma classificação de “componentes da saúde”. Esta nova referência ao termo funcionalidade vem a substituir termos como incapacidade, deficiência, invalidez e desvantagem, e amplia e valoriza seu significado para a potencialidade da pessoa.

A Lei nº 10.690 de 10 de junho de 2003, traz a seguinte definição de deficiência física e as diversas causas de aparecimento: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p.1).

Outra colaboração não menos importante vem de Diehl (2006): completa a definição de deficiência física como algum tipo de comprometimento na realização dos padrões motores esperados, o que acaba por restringir os níveis de amplitude e localização de movimentos, sendo o resultado de consequências a fatores traumáticos, fisiológicos ou genéticos, podendo ser congênita ou adquirida.

A deficiência física é definida como: "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e a fala; em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congêntas ou adquiridas" Ministério da Educação (MEC, 2004). A deficiência física também pode ser definida, como a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando –se sob várias formas, que veremos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Tipos de Deficiência Física

Tipo	Definição
 Paraplegia	 Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
 Paraparesia	 Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
 Monoplegia	 Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
 Monoparesia	 Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
 Tetraplegia	 Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
 Tetraparesia	 Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
 Triplegia	 Perda total das funções motoras em três membros.
 Tri paresia	 Perda parcial das funções motoras em três membros.
 Hemiplegia	 Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
 Hemiparesia	 Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
 Amputação	 Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
 Paralisia Cerebral	 Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
 Ostomia	 Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

Fonte: Manual: A inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho – Brasília, DF – 2001.

Segundo (BRASIL, 2004, p.1) a classificação quanto á natureza divide-se em:

- Distúrbios ortopédicos: referentes a problemas originados nos músculos, ossos e articulações.
- Distúrbios neurológicos: referentes a deterioração ou lesão do sistema nervoso.

Podendo ser:

- Congenita ou adquirida
- Aguda ou crônica
- Permanente ou temporária
- Progressiva ou não progressiva

Ainda segundo (BRASIL, 2004, p.1), existe a classificação quanto ao tempo:

- Temporária/Recuperável: quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores ou suplência por outras áreas não atingidas;
- Definitiva: quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência;
- Compensável: que é a que permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso de próteses.

O MEC, 2004 classifica a Deficiência Física de outras formas:

Classificação Topográfica:

- monoplegia / monoparesia (acometimento de um único membro).
- hemiplegia / hemiparesia (acometimento de um lado do corpo).
- paraplegia / paraparesia (acometimento do tronco e membros inferiores).
- diplegia / diparesia (membros inferiores mais afetados que os superiores).
- quadriplegia / quadriparesia (quatro membros afetados de forma semelhante).
- dupla hemiplegia / dupla hemiparesia (quatro membros afetados, sendo um hemicorpo com maior comprometimento).

Classificação quanto ao grau de acometimento: leve, moderada e grave

Classificação fisiológica ou quanto ao tônus muscular:

- rigidez: é uma forma severa de espasticidade, com forte contração.
- espasticidade: tônus muscular muito alto (tenso), muito comum na paralisia cerebral.
- atetose: movimentos involuntários deformados e variações do tônus muscular.
- ataxia: diminuição do tônus, incoordenação dos movimentos e equilíbrio deficiente.
- tremor: presente na movimentação involuntária.
- hipotonia: tônus muscular baixo e flacidez, podendo evoluir para atetose.
- mista: variação de tônus de acordo com grupamento muscular envolvido, ou seja, em alguns grupos o tônus é baixo, em outros é alto.

Percebe-se assim, as mais variadas classificações, tipos e formas de uma pessoa vir a manifestar deficiência física; e deve-se atentar para algumas características que podem ser observadas, como:

- Movimentação do corpo ou parte dele não desejada e/ou coordenada.
- Marcha incoordenada, pisando na ponta do pé ou mancando.
- Deformidade corporal, como por exemplo pés tortos.
- Empunhadura de objetos com muita ou pouca força.
- Desequilíbrios constantes e quedas.
- Algia frequente a nível osteomioarticular.

1.2 Causas de deficiência física

A deficiência física pode ser classificada de acordo com o momento em que se manifesta na vida do indivíduo. Segundo Duarte e Werner (1995), ela pode ser congênita, quando está presente desde o nascimento, ou adquirida, quando ocorre ao longo da vida devido a lesões de origem cerebral, medular, muscular ou osteoarticular. De maneira geral, suas principais causas podem ser agrupadas em três categorias: hereditárias, quando resultam de doenças genéticas transmitidas por genes que podem se manifestar no nascimento ou posteriormente; congênitas, quando são adquiridas ainda durante a gestação, podendo estar relacionadas a infecções maternas, exposição a substâncias tóxicas ou complicações no desenvolvimento fetal; e adquiridas, quando ocorrem após o nascimento em

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

decorrência de fatores como infecções, traumas, doenças ou acidentes.

Entre as condições que podem levar à deficiência física, destacam-se a paralisia cerebral, que pode ser causada por desnutrição materna, rubéola, toxoplasmose, subnutrição, prematuridade ou traumas no parto; as malformações congênitas, cujas origens podem ser genéticas ou associadas ao uso de drogas, exposição à radiação e infecções intrauterinas; as lesões medulares, frequentemente decorrentes de acidentes como quedas, mergulhos em águas rasas, ferimentos por armas de fogo ou brancas, além de infecções e doenças degenerativas; as hemiplegias, resultantes de acidente vascular cerebral (AVC), aneurismas ou tumores cerebrais; e as artropatias, que podem ter origem em distúrbios metabólicos, hemofilia, processos inflamatórios ou degenerativos das articulações.

O Ministério da Saúde do Brasil (2004) aponta outras causas relevantes da deficiência física, incluindo fatores hereditários, assistência inadequada às gestantes, ao parto e aos recém-nascidos, bem como doenças transmissíveis como rubéola, toxoplasmose, meningite, sarampo e doenças sexualmente transmissíveis, como AIDS e sífilis. Além disso, doenças crônicas, como hipertensão arterial, diabetes mellitus, infarto do miocárdio, osteoporose, câncer, Parkinson e Alzheimer, também podem contribuir para o desenvolvimento de limitações físicas. Outros fatores incluem a desnutrição infantil, o envelhecimento, a violência familiar e comunitária, os acidentes de trânsito frequentemente associados ao abuso de álcool e drogas, além das condições sociais precárias, como a falta de saneamento básico, assistência médica insuficiente e a exposição à violência urbana.

A deficiência física pode comprometer o aparelho locomotor, afetando o sistema osteoarticular, muscular e nervoso. Dependendo da extensão e do tipo de lesão, as limitações podem variar em gravidade e abrangência. O Ministério da Saúde do Brasil (2004) classifica a deficiência física em cinco tipos principais: monoplegia, quando há paralisia em apenas um membro do corpo; hemiplegia, caracterizada pela paralisia total de um dos lados do corpo; paraplegia, que compromete a função das pernas devido à paralisia da cintura para baixo; tetraplegia, que afeta tanto os braços quanto as pernas, a partir do pescoço; e amputação, quando há a perda total ou parcial de um ou mais membros.

As causas da deficiência física podem ser subdivididas em três grupos principais. As causas pré-natais incluem fatores genéticos, infecções congênitas como rubéola e toxoplasmose, exposição à radiação durante a gestação, uso de drogas e consumo excessivo de álcool pela gestante, além da desnutrição materna, que pode afetar o desenvolvimento fetal. As causas perinatais envolvem complicações no parto, como o uso inadequado do fórceps, prematuridade extrema e infecções hospitalares. Já as causas pós-natais incluem doenças como paralisia infantil, doenças degenerativas

e autoimunes, acidente vascular cerebral (AVC), diabetes mellitus tipo 1, hanseníase, câncer (que pode levar à amputação), além de acidentes domésticos, de trânsito ou de trabalho, especialmente quando não há medidas adequadas de segurança. A violência urbana e doméstica, incluindo agressões, ferimentos por tiros, facadas e outros traumas físicos, também se destacam como causas recorrentes.

A deficiência física pode ter múltiplas origens, desde fatores genéticos e infecciosos até traumas e doenças degenerativas. Em muitos casos, a prevenção e o acompanhamento médico adequado podem reduzir a incidência de algumas dessas condições. Além disso, pessoas com deficiência física ou motora frequentemente necessitam de um atendimento interdisciplinar, envolvendo profissionais das áreas médica, fisioterapêutica, psicológica e social. Esse suporte é essencial para ajudá-las a lidar com limitações, superar desafios e desenvolver suas potencialidades, garantindo sua inclusão e qualidade de vida.

1.3 O percurso da exclusão, segregação, integração à inclusão.

O processo de transição da exclusão para a inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais está diretamente relacionado às condições econômicas, sociais e culturais de cada época. Segundo Leitão (1980, p. 12), a trajetória da inclusão ainda é longa e enfrenta desafios estruturais que precisam ser superados.

Na Idade Média, dominada pela influência religiosa, a deficiência era frequentemente associada a causas sobrenaturais, sendo vista como resultado de intervenção demoníaca, feitiçaria ou bruxaria (Correia, 1997, p. 13). A crença de que o homem deveria ser fisicamente e mentalmente perfeito, por ser criado à imagem e semelhança de Deus, reforçava a exclusão de pessoas com deficiência. Nesse contexto, surgiram as primeiras práticas de assistência, principalmente por parte de nobres e religiosos, que acolhiam deficientes em hospícios e albergues. No entanto, esses locais eram marcados pela degradação e pelo abandono, reforçando a marginalização desse grupo na sociedade (Mazzotta, 1986, p. 16).

Nos séculos XVII e XVIII, o número de mendigos crescia descontroladamente na Europa, sobretudo em períodos de guerra. Durante a Guerra dos Trinta Anos, por exemplo, havia mais de 100 mil mendigos perambulando pelas ruas de Paris, muitos deles deficientes físicos e mentais que, sem qualquer suporte, viviam em extrema vulnerabilidade. Já entre os séculos XIX e XX, a inserção dos deficientes em instituições de caráter assistencialista começou a ganhar espaço. No entanto, essas instituições frequentemente os afastavam de suas famílias e do convívio social, deixando-os em

situação de isolamento e sem acesso à liberdade (Garcia, 1989).

A Escola Nova, movimento educacional iniciado em 1818, teve um papel fundamental na diferenciação entre deficiência mental e doença mental, permitindo diagnósticos mais precisos e o desenvolvimento de abordagens pedagógicas específicas. A partir desse período, começaram a surgir instituições especializadas para surdos, cegos e pessoas com deficiência mental, bem como associações de pais e voluntários voltadas à defesa de seus direitos. Com o avanço da ciência e da medicina, a conscientização social sobre as deficiências também começou a crescer, trazendo mudanças progressivas no tratamento e na educação desses indivíduos.

A integração escolar ocorreu de forma lenta e gradual, sendo influenciada pelo princípio da normatização. Nos anos 1950 e 1960, a Europa passou a adotar políticas de educação inclusiva, defendendo que alunos com deficiência deveriam frequentar escolas regulares. Nos Estados Unidos, essa abordagem foi oficialmente implementada em 1975, com a defesa da educação pública e gratuita para todos os alunos, independentemente de suas condições. Um marco importante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência foi a declaração da ONU de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Durante esse período, foi elaborada uma carta de princípios para estabelecer diretrizes internacionais voltadas à inclusão social, resultando no desenvolvimento do Programa Mundial de Ações para Pessoas com Deficiência, que defendia igualdade de direitos e garantia de acesso aos serviços comunitários.

A evolução do percurso até a inclusão resultou em diversas decisões políticas globais, expressas em conferências e declarações. Destacam-se, nesse contexto, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990, Jomtien, Tailândia), a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994, Salamanca, Espanha, em cooperação com a UNESCO), a Declaração de Madrid (2000) e a Declaração de Lisboa (2007). Entre essas iniciativas, a Declaração de Salamanca foi particularmente significativa, pois consolidou a posição de diversos países e organizações internacionais em defesa da inclusão escolar. O documento reforçou que as escolas regulares deveriam ser responsáveis pelo atendimento de todas as crianças e jovens, garantindo-lhes acesso à educação, independentemente de suas condições físicas, sociais ou cognitivas (UNESCO, 1994, p. 6).

No Brasil, a educação inclusiva avançou com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005 de junho de 2014. Esse plano estabeleceu diretrizes para a universalização da educação de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, garantindo-lhes acesso à educação básica e ao atendimento

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

especializado dentro da rede regular de ensino. Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência reforçou direitos fundamentais, incluindo acessibilidade, tecnologia assistiva, adaptação de espaços urbanos e o apoio educacional especializado. A legislação também estabelece critérios para a avaliação da deficiência e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando igualdade de oportunidades e condições para sua participação na sociedade.

A Educação Especial também foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996), que rege a educação brasileira. A LDB vem sendo aprimorada ao longo dos anos, promovendo avanços na forma como a sociedade encara a inclusão. O Capítulo V da Lei nº 9.394/96 trata especificamente da educação especial, destacando aspectos fundamentais para a garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. O artigo 58 define a educação especial como uma modalidade de ensino preferencialmente oferecida na rede regular, prevendo serviços de apoio especializados sempre que necessário. Já o artigo 59 determina que os sistemas de ensino devem assegurar currículos adaptados, métodos e recursos específicos, além da formação de professores capacitados para atender alunos com necessidades educacionais especiais. O artigo 60 estabelece diretrizes para o apoio financeiro e técnico a instituições privadas sem fins lucrativos que atuam exclusivamente na área da educação especial.

Apesar da existência de leis nacionais e internacionais que garantem a educação inclusiva, ainda há desafios na implementação efetiva dessas políticas. A realidade demonstra que muitas escolas enfrentam dificuldades para adaptar-se à inclusão de alunos com deficiência, seja por falta de infraestrutura, capacitação de professores ou resistência social. Nesse cenário, a Educação Física assume um papel de destaque, pois, ao promover a participação de todos os alunos nas atividades corporais e esportivas, pode contribuir significativamente para a inclusão e a socialização dos alunos com deficiência, servindo como exemplo positivo para outros componentes curriculares.

1.4 A educação física inclusiva

A educação inclusiva tem se tornado um tema de grande relevância nos últimos anos, sendo alvo de intensos debates sobre sua implementação e desafios. Dentro desse contexto, a Educação Física desempenha um papel essencial, pois além de ser um componente curricular obrigatório, é uma disciplina que pode facilitar a inclusão e promover a interação entre alunos com e sem deficiência.

Estudiosos da área veem a educação inclusiva como um processo dinâmico, que passou por diversas transformações ao longo das décadas. De acordo com Sassaki, citado por Duarte e Aguiar

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

(2005), esse processo teve avanços significativos a partir da década de 1980, sendo impulsionado principalmente pela Declaração de Salamanca. No entanto, antes desse movimento, a Educação Física esteve, durante muito tempo, associada a modelos excludentes. As abordagens Militar e Higienista, por exemplo, favoreciam a exclusão de alunos que não atendiam aos padrões de normalidade, marginalizando os menos velozes, os menos habilidosos e aqueles com qualquer tipo de limitação física. Posteriormente, a abordagem Tecnicista reforçou essa exclusão ao valorizar apenas a performance e a técnica perfeita dos movimentos, beneficiando exclusivamente alunos fisicamente aptos.

Foi apenas com a abordagem Desenvolvimentista que surgiram as primeiras propostas de uma Educação Física mais igualitária, apoiada por concepções construtivistas e crítico-superadoras, que defendiam a participação ativa dos alunos na construção do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, foi a abordagem Sistêmica que trouxe um olhar mais aprofundado sobre a inclusão, considerando a diversidade e a participação de todos. Segundo Rechinelli et al. (2008), mudanças nas diretrizes educacionais, como a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a inclusão da Educação Física nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), foram fundamentais para consolidar esse avanço. Os PCN's, aliás, representaram o primeiro documento oficial a propor que as práticas pedagógicas promovessem a diversidade e incentivassem a participação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças físicas, intelectuais, sociais ou culturais.

Um dos principais desafios da Educação Física inclusiva, segundo Rodrigues (2003), está na formação acadêmica dos professores, que frequentemente não recebem capacitação adequada para lidar com a inclusão. O autor destaca que, sem uma formação específica, as aulas de Educação Física podem acabar se tornando excludentes, pois a escola ainda funciona dentro de um modelo padronizado, que não contempla plenamente a diversidade dos alunos. Nesse sentido, a necessidade de adaptações curriculares torna-se essencial para garantir a inclusão. De acordo com Glat (2009), tais adaptações devem envolver ajustes no planejamento, nas atividades, na avaliação e na organização geral do currículo, garantindo que alunos com necessidades especiais tenham acesso a um ensino adequado às suas especificidades.

As adaptações curriculares, conforme estabelecido pelo MEC/SEESP/SEB (1998), podem ocorrer em três níveis. As adaptações de grande porte envolvem mudanças estruturais no projeto pedagógico da escola, assegurando serviços de apoio e a organização escolar necessária para atender à diversidade dos alunos. As adaptações de médio porte referem-se à programação de atividades dentro da sala de aula, promovendo metodologias adequadas para todos. Já as adaptações de pequeno

porte focam nas necessidades individuais dos alunos, garantindo uma avaliação e acompanhamento personalizado.

Para Castellani, Filho, Lúcia, Taffarel, Varjal, Escobar e Bracht (2014), o professor de Educação Física deve atuar de forma crítica e consciente, incentivando os alunos com deficiência a descobrirem suas potencialidades e promovendo sua motivação para a prática de atividades físicas. O objetivo principal deve ser a melhoria da qualidade de vida desses alunos, proporcionando benefícios à saúde e facilitando sua participação nas atividades diárias. Por outro lado, quando a Educação Física escolar é tratada apenas como um treinamento físico voltado à performance, há um risco de submeter os alunos com deficiência a desafios inatingíveis, gerando frustração e contribuindo para a exclusão social e emocional desses indivíduos.

O desafio para os profissionais de Educação Física, tanto os que já atuam quanto os que ainda estão em formação, envolve a necessidade de trabalhar com liberdade, criatividade e autonomia para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo. No entanto, apesar da conscientização sobre a importância da inclusão, muitos professores ainda se sentem inseguros e despreparados para lidar com alunos com deficiência, revelando uma lacuna significativa entre a teoria e a prática. Como aponta Rodrigues (2003), há uma discrepância entre o discurso inclusivo e a realidade das escolas, onde os desafios diários dificultam a implementação efetiva da inclusão.

Diante desse cenário, algumas estratégias podem ser adotadas para fortalecer a Educação Física inclusiva. Entre elas, destaca-se o ensino do desenvolvimento motor, que pode ser uma ferramenta fundamental para a inclusão nas aulas de Educação Física. Além disso, é essencial que os cursos de formação de professores incluam conteúdos específicos sobre a Educação Física Adaptada, permitindo que os futuros profissionais adquiram experiência prática e possam inovar na criação de metodologias inclusivas.

Embora tenham ocorrido avanços na Educação Física inclusiva, ainda há muitas barreiras a serem superadas. A falta de preparação teórico-prática dos professores e a ausência de um trabalho interdisciplinar entre as disciplinas são desafios que precisam ser enfrentados para garantir uma inclusão efetiva. No entanto, a responsabilidade não deve recair apenas sobre os professores e as escolas. A sociedade como um todo precisa assumir seu papel na construção de uma educação mais inclusiva, garantindo que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades iguais.

A UNESCO defende que a educação deve ser baseada em princípios de equidade e não de caridade, assegurando igualdade de oportunidades e promovendo o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas dificuldades. Para que isso ocorra, é essencial que a escola funcione como

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

um espaço democrático, onde o respeito à diversidade seja um valor central. A autonomia dos professores em inserir a diversidade no contexto escolar deve ser incentivada, garantindo que todos os alunos, desde os mais desfavorecidos até aqueles com deficiências graves, tenham acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento integral.

A UNESCO também reforça que é o ensino que deve se adaptar ao aluno, e não o contrário. Isso significa que todas as disciplinas, especialmente a Educação Física, precisam migrar de um modelo excludente para um modelo de inclusão, garantindo que todos os alunos possam participar das atividades propostas. Historicamente, a Educação Física sempre esteve associada à busca pelo alto rendimento e pela competição, o que resultava na exclusão de alunos que não atingiam a performance esperada. No passado, aqueles que não se enquadravam nos padrões físicos desejados eram automaticamente marginalizados ou encaminhados para atividades paralelas, sem uma verdadeira inclusão no ambiente escolar.

Atualmente, o cenário está mudando, e a Educação Física tem se adaptado para acolher alunos com e sem deficiência na mesma prática esportiva. O ensino inclusivo na Educação Física busca aceitar a diversidade da turma como um desafio positivo, incentivando a participação de todos os estudantes e promovendo a interação entre eles. Nesse contexto, a Educação Física torna-se um componente curricular essencial para o fortalecimento da inclusão, utilizando atividades lúdicas e jogos como ferramentas para integrar os alunos e ajudá-los a superar barreiras.

Ao final, percebe-se que a verdadeira transformação ocorre por meio da educação, que tem o poder de mudar a visão da sociedade e promover um modelo igualitário para todos, independentemente de suas condições físicas ou sociais. Como destacam Castellani, Filho, Lúcia, Taffarel, Varjal, Escobar e Bracht (2014), a conscientização social é a força motriz para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. No entanto, essa conscientização não deve estar baseada em um olhar de piedade para com os alunos com deficiência, mas sim no respeito e na valorização das diferenças individuais. Somente por meio de uma convivência harmoniosa e cooperativa será possível consolidar uma sociedade onde a diversidade seja reconhecida e celebrada, garantindo o direito de todos à educação e ao pleno desenvolvimento.

1.5 Vantagens do esporte educacional adaptado como aliado da inclusão

A Educação Física Adaptada passou a ser oficialmente reconhecida nos cursos de graduação por meio da Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação, incluindo a atuação do professor

junto a pessoas com deficiência e outras necessidades especiais (Instrução Normativa nº 03, 1987). Esse marco reforçou a importância da inclusão no ambiente escolar e impulsionou a discussão sobre as vantagens do esporte educacional adaptado como ferramenta de integração social.

Historicamente, o uso do esporte na reabilitação de pacientes com lesões físicas teve um ponto de virada nos anos 1940. Segundo Mauerberg-deCastro (2005, p. 440), esse período marcou o início do paradigma do esporte terapêutico, proporcionando aos veteranos de guerra uma alternativa para a reabilitação e garantindo-lhes uma sobrevivência digna e saudável. Desde então, o esporte passou a ser compreendido não apenas como um meio de desenvolvimento físico, mas também como um instrumento fundamental para a inclusão e a reabilitação de pessoas com deficiência.

No entanto, a formação dos professores de Educação Física nem sempre acompanhou essa evolução. Filus e Martins (2004) destacam que, até a década de 1980, muitos docentes não recebiam treinamento específico sobre Educação Física Adaptada. Atualmente, grande parte dos cursos superiores já inclui conteúdos voltados à inclusão, mas isso não garante que os profissionais recém-formados estejam plenamente preparados para aplicar esses conhecimentos no mercado de trabalho. Esse fato demonstra que a Educação Física Adaptada ainda é uma área emergente e que a atuação eficiente do professor depende de qualificação contínua, paciência, observação e criatividade para lidar com alunos com necessidades especiais, cujo número tem aumentado nas escolas.

Quadro 2 - Evolução de Matrículas de alunos com deficiência



Fonte: INEP (2018)

O impacto positivo da prática esportiva na qualidade de vida de crianças e adolescentes com deficiência é amplamente reconhecido. A Sociedade de Pediatria de São Paulo (2017) ressalta que a aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

atividade física adaptada contribui significativamente para o desenvolvimento biopsicossocial, promovendo melhorias na atenção, na concentração e no bem-estar geral dos alunos. No contexto escolar, a forma como o esporte é trabalhado influencia diretamente sua capacidade de incluir ou excluir alunos com deficiência. Bracht (1992) diferencia duas concepções de esporte na escola: o "esporte na escola", que reproduz códigos do esporte de competição, priorizando o rendimento atlético, a comparação de desempenhos e a regulamentação rígida; e o "esporte da escola", que se estrutura em valores coletivos, promovendo interação, solidariedade e resolução de problemas em grupo.

Na prática, observa-se que alguns professores de Educação Física buscam formas de integrar alunos com deficiência às suas aulas, promovendo um ambiente inclusivo e natural (Silva, 2004). Contudo, ainda há resistência e dificuldades enfrentadas por docentes que não possuem formação ou segurança para lidar com a diversidade. Junior (2006) aponta que a Educação Física escolar pode atuar como agente de inclusão, desde que os exercícios físicos sejam adaptados às possibilidades dos alunos. A adequação das atividades permite que os alunos desenvolvam autonomia, autoconfiança e liberdade, estimulando escolhas próprias e melhorando sua relação com o meio social.

A Educação Física Adaptada tem um papel fundamental na desconstrução do olhar de compaixão ou piedade em relação às pessoas com deficiência. De acordo com Santos (2013), quando a sociedade reconhece que indivíduos com deficiência podem praticar esportes e atividades físicas em pé de igualdade, amplia-se o campo de possibilidades no âmbito social, político e cultural. O esporte adaptado proporciona aos praticantes uma visão mais positiva de si mesmos, promovendo autoestima, autonomia e socialização, ao mesmo tempo em que possibilita novas experiências e desafios dentro de suas limitações (Rosa, Rodrigues & Freitas, 2009).

Dentro do ambiente escolar, diversas modalidades podem ser utilizadas para promover a inclusão de alunos com deficiência física, como alongamentos, voleibol adaptado (sentado no solo ou na cadeira de rodas), basquete, handebol, boliche, dança, ginástica, jogos cooperativos e competitivos, entre outros. O basquete em cadeira de rodas é um exemplo de adaptação bem-sucedida, pois mantém quase todas as regras do basquete convencional, permitindo que pessoas com mobilidade reduzida participem ativamente. O voleibol sentado é outra modalidade adaptada, em que os praticantes jogam sentados e a quadra possui dimensões menores. Além dessas adaptações, existem modalidades esportivas desenvolvidas especificamente para atender às características de determinados grupos, como o goalball para cegos e a bocha para pessoas com paralisia cerebral. O goalball, por exemplo, é um esporte baseado em percepções auditivas e táteis, utilizando referências espaciais para permitir

que os jogadores, todos com deficiência visual, se orientem dentro da quadra (Oliveira Filho, 2003).

O esporte adaptado pode ser praticado com diferentes finalidades, incluindo reabilitação, lazer, recreação, educação e competição. No contexto da Educação Física escolar, seu principal objetivo é fomentar a inclusão, garantindo que as atividades respeitem as individualidades dos alunos e favoreçam seu desenvolvimento motor e social. A fundação da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA) em 1994 foi um marco para o avanço das pesquisas nessa área. A SOBAMA tem como missão disseminar conhecimento sobre atividade física adaptada e esportes para pessoas com deficiência, promovendo o intercâmbio de informações entre professores e pesquisadores (Mauerberg-deCastro, 2007, p. 68).

O esporte adaptado também se desenvolveu no cenário competitivo. Em 1952, foram realizados os Primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, que incluíram modalidades como arco e flecha, basquete em cadeira de rodas, lançamento de dardo, tênis de mesa, natação e snooker (StrohKendl, 1996). Essa iniciativa abriu caminho para os Jogos Paralímpicos, que se tornaram o segundo maior evento esportivo mundial em número de participantes, atrás apenas dos Jogos Olímpicos (Costa & Souza, 2004, p. 32). O Brasil fez sua estreia nos Jogos Paralímpicos em 1972, na Alemanha, competindo na bocha, embora sem conquistar medalhas (Mauerberg-deCastro, 2005). Desde então, o esporte paralímpico brasileiro cresceu significativamente, consolidando-se como uma referência internacional.

O impacto do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência vai além das medalhas e títulos. Brazuna e Mauerberg-deCastro (2001, p. 119) enfatizam que um dos maiores ganhos do esporte paralímpico é a construção da identidade esportiva do atleta, que passa a ser reconhecido não pela sua deficiência, mas pelo seu desempenho em determinada modalidade.

O primeiro contato de muitos alunos com o esporte ocorre na escola, e o professor de Educação Física desempenha um papel crucial nesse processo. Cabe a ele adaptar as atividades à realidade e às necessidades de cada aluno, garantindo sua participação ativa e promovendo um ambiente inclusivo. O reconhecimento dos benefícios do esporte adaptado tanto na reabilitação quanto na formação do indivíduo reforça sua importância como ferramenta de inclusão social. No ambiente escolar, o esporte adaptado deve ser planejado de forma a respeitar as particularidades de cada aluno, destacando suas habilidades em vez de suas limitações.

No Brasil, a organização do esporte paralímpico ganhou força com a fundação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em 1989. Em pouco tempo, o CPB passou a estruturar competições nacionais e a fomentar o desenvolvimento do paradesporto no país. Em 2007, o Rio de Janeiro sediou

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

os Jogos Parapan-Americanos, um marco histórico para o esporte paralímpico nacional. Pela primeira vez, os Jogos Pan e Parapan foram organizados na mesma cidade e sob o mesmo comitê, resultando no melhor desempenho do Brasil na competição, com um total de 228 medalhas (83 de ouro, 68 de prata e 77 de bronze).

A escola desempenha um papel fundamental na descoberta de novos talentos esportivos, que muitas vezes encontram no esporte paralímpico um caminho para o reconhecimento e a valorização de suas habilidades. Dessa forma, o crescimento do esporte adaptado no Brasil não apenas fortalece a inclusão escolar, mas também projeta o país como uma potência no cenário esportivo global, promovendo o respeito e a valorização das pessoas com deficiência.

1.6 Atividade física, exercício e bem-estar para alunos com deficiência física

Os benefícios da atividade física regular para pessoas com ou sem deficiência são amplamente reconhecidos e divulgados, abrangendo tanto a saúde física quanto o bem-estar psicossocial (Dunn et al., 2001). Em contrapartida, um estilo de vida sedentário ou a inatividade física são fatores conhecidos por contribuírem para consequências negativas à saúde (Hamilton et al., 2007; CDC, 2003). Estudos indicam que pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, apresentam níveis reduzidos de saúde e qualidade de vida em comparação àquelas sem deficiência.

A prática de atividades físicas voltadas à inclusão social pode amenizar problemas de saúde e, ao mesmo tempo, permitir que indivíduos com deficiência superem barreiras impostas por suas limitações físicas (Levandoski & Cardoso, 2007). O avanço das políticas públicas de inclusão tem possibilitado não apenas o acesso, mas também a permanência de pessoas com deficiência nos espaços educacionais e esportivos. Esse avanço ocorre desde a educação básica até o ensino superior, seja por meio do esporte educacional, com enfoque no lazer, na saúde e no entretenimento, seja pelo esporte profissional.

Entre os fatores que favorecem essa permanência, destaca-se a acessibilidade em suas diversas formas – arquitetônica, comunicacional, atitudinal e tecnológica (Brasil, 2015). Além disso, a qualificação técnica dos profissionais de Educação Física e o desenvolvimento de atitudes inclusivas por toda a comunidade escolar são fundamentais. Nesse contexto, cabe ao professor de Educação Física planejar e realizar as adaptações necessárias para que o esporte se torne uma ferramenta efetiva de promoção da inclusão social.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) define pessoa com deficiência como aquela que
A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras ambientais e sociais, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com os demais. As deficiências são classificadas em cinco categorias principais: deficiência visual, auditiva, física, intelectual e altas habilidades/superdotação. Cada uma dessas condições possui particularidades que exigem adaptações nas práticas esportivas e na metodologia das aulas de Educação Física, para garantir a participação de todos os alunos.

O presente estudo tem como foco a deficiência física, sendo necessário avaliar cada caso individualmente, sobretudo quando a deficiência decorre de complicações neurológicas. A prescrição e a prática regular de exercícios físicos são amplamente recomendadas para estimular movimentos reflexos, aumentar o tônus muscular e prevenir processos de atrofia. Oliveira Filho (2003) destaca que pessoas com deficiência física podem e devem participar de diversas modalidades esportivas adaptadas, como basquetebol em cadeira de rodas, vôlei sentado, natação adaptada, atletismo, tênis de mesa e bocha, entre outras. Nesses contextos esportivos, a atuação do profissional de Educação Física torna-se essencial para adequar metodologias e potencializar as habilidades dos alunos.

As deficiências de origem cerebral, em particular, podem gerar transtornos no desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo. Nesse sentido, a prática regular de atividades físicas é uma estratégia fundamental para o aprendizado de interações sociais, promovendo oportunidades de convivência por meio de jogos cooperativos e competitivos. Essas experiências contribuem para o enfrentamento de desafios, a superação de obstáculos e o fortalecimento da autoestima dos alunos com deficiência. Dessa forma, a escola passa a ser um ambiente mais inclusivo, respeitando as individualidades e promovendo um modelo educacional baseado na diversidade e não na homogeneidade tradicionalmente praticada.

Pessoas com deficiência frequentemente apresentam desequilíbrios musculares devido à inatividade e ao sedentarismo, o que pode levar ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, como obesidade, hipertensão arterial, diabetes mellitus e doenças coronarianas. A prática de exercícios físicos, especialmente os voltados ao fortalecimento muscular, contribui para a manutenção e o aumento do tônus muscular, prevenindo e tratando condições como osteoporose e artrite reumatoide. Além disso, atividades de alongamento são fundamentais para ampliar a mobilidade articular, minimizar dores, reduzir espasticidades e melhorar a flexibilidade geral do indivíduo (Gualano & Tinucci, 2011).

A Educação Física inclusiva, quando bem planejada, permite o desenvolvimento de capacidades físicas essenciais, como força, flexibilidade, resistência, velocidade e equilíbrio. Martin

(2013) enfatiza que a atividade física é um fator determinante para a qualidade de vida e promoção da saúde, sendo ainda mais relevante para pessoas com deficiência, devido à sua maior vulnerabilidade a doenças crônicas associadas à falta de atividade física. PCDs frequentemente enfrentam dificuldades de locomoção e mobilidade, tornando-se ainda mais essencial a adoção de práticas que incentivem sua participação ativa e contínua.

Segundo Gravito (2007), os benefícios proporcionados pela atividade física para pessoas com deficiência incluem o estímulo à independência, à motivação e à autonomia; a melhoria na socialização; o fortalecimento da autoestima e da autoimagem; o aprimoramento das funções fisiológicas (circulatória, respiratória, digestiva, reprodutiva e excretora); o aumento da força e da resistência muscular; a melhoria do equilíbrio estático e dinâmico; a promoção da saúde; o desenvolvimento de habilidades motoras e funcionais; e a superação de situações de frustração.

Além dos benefícios fisiológicos, a prática de exercícios físicos também tem efeitos positivos na composição corporal, como a redução do percentual de gordura, a diminuição do colesterol LDL e da glicemia, o aumento da massa muscular e dos níveis de colesterol HDL, além da regulação da pressão arterial. No aspecto psicológico, os exercícios contribuem para o combate ao estresse, à ansiedade, à depressão e aos distúrbios do sono (Goodwin, 2003). Estudos apontam que a prática regular melhora a autoestima (Durão, Souza & Miasso, 2005), o humor (Peluso & Andrade, 2005) e a percepção da própria imagem corporal (Meyer & Brooks, 2000).

O ideal é que a pessoa com deficiência tenha acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, incluindo médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e profissionais de Educação Física, para que seja possível desenvolver estratégias de intervenção eficazes e melhorar sua qualidade de vida. Atividades lúdicas, recreativas e esportivas, quando bem planejadas, são ferramentas poderosas para a inclusão e o desenvolvimento pessoal.

No Brasil, projetos socioesportivos voltados à Educação Física Inclusiva vêm ganhando espaço em diversas cidades, servindo como modelos que, no futuro, podem ser transformados em políticas públicas voltadas à inclusão de PCDs. No município de Ananindeua, este estudo busca não apenas levantar dados concretos sobre a inclusão de alunos com deficiência física nas escolas públicas, mas também contribuir para a elaboração de um projeto paralímpico destinado a crianças e jovens com deficiência, ampliando suas oportunidades no esporte e na vida social.

1.7 Acessibilidade: a maior barreira a ser superada no caminho da inclusão

Os debates e estudos sobre inclusão social, econômica, digital, cultural e escolar têm

ganhado cada vez mais destaque no Brasil. Diversos esforços vêm sendo realizados para conceituar e compreender a inclusão, buscando formas de efetivá-la por meio de políticas públicas eficientes em diferentes segmentos da sociedade (Sposati, 1996; Ladeira & Amaral, 1999; Azevedo & Barros, 2004; Oliveira, 2004; Ferreira, 2007; Carvalho, 2015; Lopes & Marchi, 2015; Araújo & Maia, 2016; Oliveira & Mill, 2016; Mello & Portugal, 2017; Silva & Carvalho, 2017).

A acessibilidade é um dos principais desafios a serem superados para garantir a inclusão plena de pessoas com deficiência. Diehl (2006) destaca que, ao nos depararmos com crianças com deficiência física, somos levados a refletir sobre as dificuldades que enfrentam em um mundo repleto de barreiras arquitetônicas, sociais e culturais, que frequentemente restringem seu acesso a espaços públicos, sociais e de trabalho.

No ambiente escolar, a acessibilidade desempenha um papel essencial na garantia da participação dos alunos com deficiência física em todas as atividades educacionais. Para que esses estudantes possam frequentar as aulas de Educação Física de maneira efetiva, é necessário considerar tanto sua locomoção até o local das atividades quanto sua mobilidade dentro da própria escola. A ausência de estruturas adequadas pode comprometer sua autonomia e limitar seu envolvimento no processo educacional.

Passerino e Montardo (2007) definem a inclusão como um processo contínuo dentro de uma sociedade mais ampla, que busca garantir qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia financeira e equidade de oportunidades para indivíduos e grupos historicamente marginalizados. Matiskei (2004) argumenta que, para viabilizar a inclusão, é fundamental reconhecer que as estruturas sociais, em sua essência, tendem a ser excludentes. O modelo capitalista, por sua lógica de produção e organização, frequentemente se mostra desfavorável à inclusão dos menos favorecidos, dificultando sua participação plena na sociedade.

Siqueira e Santana (2010) ressaltam que a inclusão exige mudanças estruturais nos ambientes físicos, nos procedimentos técnicos e, principalmente, na mentalidade da sociedade, promovendo uma cultura de respeito às diferenças. No Brasil, mais de 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência física, motora ou sensorial, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Apesar disso, muitas ainda enfrentam dificuldades significativas para acessar serviços essenciais, como educação, saúde, transporte e mercado de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 assegura os direitos sociais das pessoas com deficiência, garantindo-lhes acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e outros serviços fundamentais. O Decreto

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, reforça esses direitos ao determinar que órgãos públicos e entidades assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de suas liberdades fundamentais, incluindo o direito à acessibilidade em espaços públicos e privados.

Para uniformizar as normas sobre acessibilidade no Brasil, foi criada em 1994 a Norma Brasileira NBR 9050, que estabelece critérios técnicos para a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004). Com base nessas diretrizes, o Ministério da Educação (MEC) defende a necessidade de um projeto arquitetônico acessível, garantindo que as instituições de ensino contemplem as necessidades das pessoas com deficiência física (Brasil, 2004).

O Decreto-Lei nº 5.296 trata do atendimento prioritário às pessoas com deficiência e estabelece diretrizes para a administração pública e prestadores de serviços públicos, incluindo escolas, com o objetivo de garantir acessibilidade e atendimento adequado. No ambiente escolar, a presença de alunos com deficiência cresce a cada ano, tornando imprescindível a adoção de medidas que garantam acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional, assegurando o direito à educação inclusiva (Santos, 2015).

Siqueira e Santana (2010) destacam alguns exemplos práticos de acessibilidade no ambiente acadêmico, como o acesso a materiais didáticos adaptados, laboratórios de ensino acessíveis, utilização de recursos audiovisuais, realização de provas em conjunto com a turma regular, socialização e locomoção sem obstáculos. Além disso, enfatizam a importância da sensibilização da comunidade escolar para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo.

A construção de um ambiente escolar acessível requer um trabalho colaborativo entre diferentes profissionais. A parceria entre o professor de Educação Física e o educador especializado em atendimento educacional pode ser um fator determinante para criar rotinas que favoreçam a participação dos alunos com deficiência física. Esse alinhamento permite que a inclusão ocorra de forma efetiva, promovendo um ambiente escolar cada vez mais acessível e democrático.

A acessibilidade e a inclusão são conceitos interdependentes, pois não é possível garantir a inclusão plena sem espaços e recursos acessíveis. Conforme Pasqualotti e Passerino (2006), a acessibilidade é a base para a participação ativa dos indivíduos na sociedade, permitindo que todos tenham oportunidades iguais. No contexto escolar, as condições de acessibilidade são essenciais para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência física.

No entanto, a realidade ainda é desafiadora. Muitas escolas no Brasil apresentam barreiras arquitetônicas que dificultam ou impossibilitam a locomoção de alunos com deficiência. A falta de

infraestrutura adequada compromete a integração desses estudantes ao ambiente escolar, limitando suas experiências educacionais e sua interação com colegas e professores.

O objetivo desta pesquisa é caracterizar os principais problemas de acessibilidade nas escolas de ensino básico no Brasil, analisando o cumprimento das leis e normas técnicas vigentes. Ao identificar essas barreiras, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam a acessibilidade plena, garantindo que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo para todos.

Diversos estudos foram realizados com o objetivo de avaliar a acessibilidade em instituições de ensino no Brasil, destacando as dificuldades encontradas na adaptação dos espaços escolares para atender às necessidades dos alunos com deficiência física. Os relatos analisados apontam falhas na implementação das normas de acessibilidade, evidenciando um cenário de negligência em relação ao cumprimento das diretrizes estabelecidas por leis e regulamentações.

Basei e Cavasini (2015) investigaram as condições de acessibilidade em 20 escolas públicas de 13 municípios na região sudoeste do Paraná, utilizando observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstraram que nenhuma das escolas avaliadas cumpria integralmente os requisitos estabelecidos por normas e legislações, levando as autoras a concluir que os direitos garantidos para pessoas com deficiência não estão sendo devidamente respeitados.

Outro estudo relevante foi realizado por Nogueira, Maia e Farias (2015), que avaliaram a acessibilidade de um edifício escolar na cidade de Solonópole, Ceará, com base na Norma NBR 9050:2004 da ABNT. A análise, feita por meio de observações e registros fotográficos, revelou que a estrutura arquitetônica da escola não atendia aos padrões estabelecidos. Os autores sugeriram uma série de intervenções para adequação do espaço, incluindo melhorias na sinalização, adaptação de portas, escadas e rampas, além da instalação de bebedouros acessíveis.

Dias (2016) verificou o nível de inclusão escolar por meio da acessibilidade espacial em cinco escolas de educação infantil no município de Bauru, São Paulo. Utilizando vistoria técnica, cálculos de índice de acessibilidade, análise de deslocamentos lineares e registros fotográficos, constatou-se que os espaços avaliados não foram projetados ou adaptados para receber alunos com deficiência. O estudo forneceu diretrizes para a melhoria da acessibilidade, ressaltando a necessidade de adaptações estruturais que garantam uma inclusão escolar efetiva.

Na região de Alto Paranaíba, Minas Gerais, Castro et al. (2018) investigaram a acessibilidade e as adaptações estruturais em 14 escolas estaduais, utilizando questionários e registros fotográficos. Os pesquisadores identificaram que o ambiente escolar não está totalmente preparado para atender

alunos com deficiência física. Além disso, fizeram uma breve caracterização demográfica dos estudantes, demonstrando que a falta de acessibilidade impacta diretamente a participação desses alunos no processo educacional.

Matos, Souza e Oliveira (2019) conduziram pesquisas bibliográficas e documentais, analisando pareceres técnicos e caracterizando educandos com deficiência. A investigação incluiu a observação de dois centros municipais de educação infantil na cidade de Manaus, Amazonas. Os resultados revelaram que os centros analisados não atendem às normas de acessibilidade vigentes, comprometendo a inclusão de alunos com deficiência física e limitando sua participação nas atividades escolares.

Silva Filho e Kassar (2019) realizaram uma análise da acessibilidade arquitetônica em um município do Mato Grosso do Sul, a partir de levantamento documental e visitas a 17 escolas municipais de ensino fundamental. Os pesquisadores observaram que algumas dessas instituições haviam recebido investimentos por meio do Programa Escola Acessível (PEA), o que deveria garantir sua adequação às normas de acessibilidade. No entanto, as visitas técnicas revelaram que as adaptações realizadas eram insuficientes ou inadequadas. Esse estudo expôs uma contradição preocupante entre os dados oficiais e a realidade das escolas, evidenciando falhas na fiscalização e no cumprimento das políticas públicas voltadas à inclusão.

Os estudos analisados fornecem um embasamento teórico fundamental para o debate sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência física no contexto educacional. As pesquisas demonstram que, apesar da existência de leis e normas que garantem os direitos desse público, sua implementação ainda é falha. Observa-se a predominância de duas abordagens principais: uma que se baseia no arcabouço legal e normativo, garantindo formalmente o direito à acessibilidade; e outra que investiga o desenvolvimento histórico e social desses direitos, evidenciando os desafios enfrentados na prática para sua efetivação.

A partir dessas análises, fica evidente que a acessibilidade ainda representa um dos maiores obstáculos para a inclusão plena de alunos com deficiência física. A falta de infraestrutura adequada nas escolas compromete a autonomia e a participação desses estudantes, limitando suas oportunidades educacionais e sociais. Para que a inclusão seja efetiva, é essencial que as instituições de ensino não apenas atendam às exigências legais, mas também promovam um ambiente acessível e acolhedor, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, tenham igualdade de acesso e oportunidades no sistema educacional.

Na primeira linha de análise, Santos (2015) reúne as normas atuais que garantem a aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional no ambiente educacional, além de apresentar uma série de recursos tecnológicos pedagógicos que auxiliam na efetivação desses direitos. Da mesma forma, Junior e Duarte (2019) descrevem como a legislação brasileira busca estabelecer diretrizes para a acessibilidade e inclusão. No entanto, os autores sugerem que, apesar dos avanços legais, a implementação dessas medidas ainda não ocorre plenamente na prática.

Na segunda linha, Borges e Campos (2018) constroem uma linha do tempo a partir de 1930, identificando três fases do desenvolvimento da educação inclusiva no estado de Minas Gerais. Já Kraemer e Thoma (2018) analisam o avanço jurídico e político da inclusão de pessoas com deficiência física no Brasil desde os anos 2000, evidenciando as mudanças e desafios enfrentados ao longo desse período.

Por sua vez, Zardo e Freitas (2015) apresentam um estudo baseado em entrevistas com cinco gestores estaduais, um de cada região do Brasil, responsáveis pela implementação da política de inclusão nos sistemas de ensino. O objetivo dessa pesquisa foi identificar as concepções desses profissionais sobre a acessibilidade como condição essencial para a inclusão escolar. A análise revelou duas perspectivas distintas: uma que enxerga a educação inclusiva como um direito fundamental e outra que a compreende como um dever institucional.

Os relatos apresentados convergem para uma conclusão central: a acessibilidade continua sendo a maior barreira para a inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar. Diante desse cenário, o presente capítulo busca oferecer uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de caracterizar como essa temática tem sido abordada no período recente, compreendido entre os anos de 2015 e 2019.

2. METODOLOGIA

2.1 Metodologia Aplicada

Para responder à questão proposta neste estudo, foram consultados artigos publicados em bases de dados eletrônicas de amplo reconhecimento acadêmico, incluindo Periódicos da CAPES, Google Scholar, Science Direct, SciELO Brasil e Wiley Online Library.

Os descritores utilizados na busca foram selecionados de forma estratégica, considerando termos isolados e combinados: acessibilidade (accessibility), inclusão (inclusion), estudantes deficientes (disabled students), educação inclusiva (inclusive education) e Brasil (Brazil). O termo Brasil/Brazil foi escolhido para garantir que as publicações analisadas refletissem a realidade da acessibilidade escolar no país, enquanto os demais descritores foram selecionados por sua relevância para o objeto de estudo.

Para a seleção dos artigos, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

- a) Disponibilidade do texto na íntegra;
- b) Pesquisas que abordassem processos de inclusão de deficientes físicos no ambiente escolar;
- c) Estudos realizados especificamente no Brasil;
- d) Publicações compreendidas entre os anos de 2015 e 2019;
- e) Textos escritos em português ou inglês.

Além disso, foram definidos critérios de exclusão para garantir a precisão dos resultados:

- a) Artigos duplicados;
- b) Textos incompletos ou com problemas de exibição;
- c) Pesquisas que abordassem exclusivamente processos de inclusão em outros países;
- d) Estudos que tratassem da inclusão fora do ambiente escolar;
- e) Pesquisas sem foco na deficiência física;
- f) Trabalhos que não apresentassem informações claras sobre metodologias ou que não respondessem aos objetivos do presente estudo.

Após a aplicação desses critérios, foi realizada uma análise preliminar com base nos títulos e resumos dos trabalhos selecionados. Esse processo resultou na escolha de 11 textos, sendo nove

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

artigos científicos, uma dissertação de mestrado e uma monografia de graduação. Posteriormente, os textos originais foram lidos na íntegra, permitindo a identificação das ideias-chave e a síntese dos principais resultados. Essas publicações constituíram as fontes primárias deste estudo, fornecendo suporte teórico e empírico para a análise proposta.

Para uma avaliação mais detalhada, os trabalhos selecionados foram categorizados segundo o ano de publicação, tipo de trabalho, classificação do periódico e tipo de pesquisa. A classificação dos periódicos seguiu o índice Qualis/CAPES, que varia de A1 a C, sendo A1 o nível mais alto e C o mais baixo. Periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2 possuem fator de impacto, enquanto os demais (B3, B4, B5 e C) não apresentam esse índice. A organização dos dados foi realizada no software Microsoft Excel 2016, permitindo a tabulação e geração dos gráficos apresentados a seguir.

2.2 Resultados e Discussão

A) Distribuição dos Trabalhos por Ano

Entre os 11 textos analisados, a distribuição das publicações ao longo dos anos revelou que:

- 2015 foi o ano com maior número de publicações sobre o tema, com quatro artigos (36%);
- 2016 teve apenas um artigo (9%) publicado;
- 2017 não apresentou publicações selecionadas (0%);
- 2018 e 2019 registraram um número equilibrado, com três publicações cada (27%).

Essa distribuição sugere que o tema recebeu maior atenção em 2015, seguido de uma queda significativa nos dois anos subsequentes. No entanto, a retomada do debate em 2018 e 2019 indica um novo ciclo de interesse acadêmico sobre a acessibilidade no ambiente escolar. Vale ressaltar que esses números refletem os critérios de seleção desta pesquisa e não necessariamente a totalidade das publicações sobre o tema nesse período.

B) Tipo de Trabalho e Classificação dos Periódicos

Quanto à natureza dos trabalhos analisados, observou-se que:

- Nove (82%) dos textos eram artigos publicados em periódicos científicos;
- Um (9%) era uma dissertação de mestrado;
- Um (9%) era uma monografia de graduação.

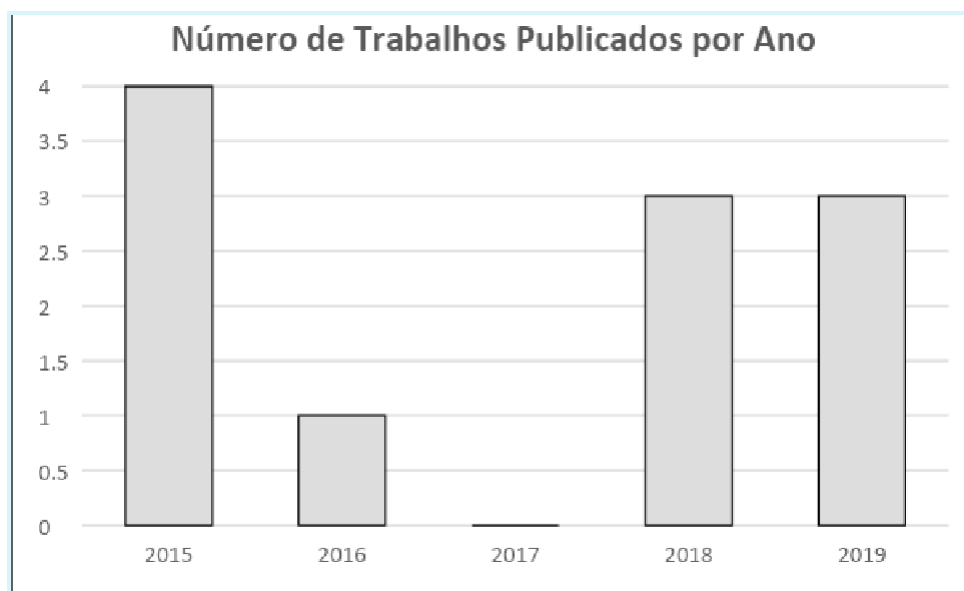
A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Em relação à qualificação dos periódicos, conforme a classificação Qualis/CAPES, a distribuição foi a seguinte:

- Quatro artigos (45%) foram publicados em periódicos A2;
- Um artigo (11%) foi publicado em periódico B1;
- Um artigo (11%) foi publicado em periódico B2;
- Um artigo (11%) foi publicado em periódico B5;
- Dois artigos (22%) foram publicados em periódicos C.

Essa análise revela que mais da metade (56%) dos artigos analisados foram publicados em periódicos de alto impacto acadêmico (A2 e B1), conferindo maior credibilidade às pesquisas que embasam este estudo. No entanto, a presença de periódicos com classificações mais baixas (B5 e C) indica a necessidade de uma leitura crítica dos dados, considerando possíveis variações na qualidade das fontes.

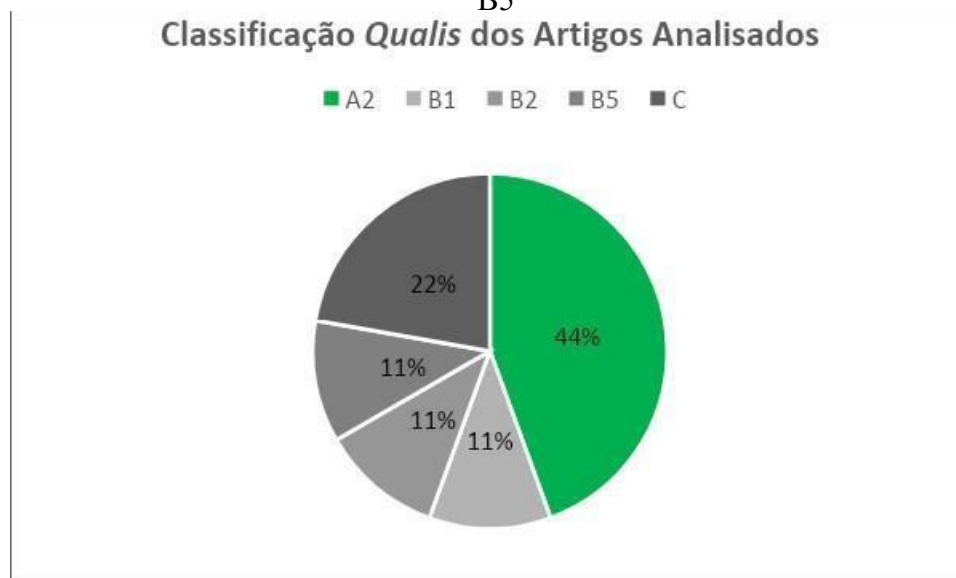
Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhos publicados por ano entre 2015 e 2019. Nota-se que os anos de maior incidência de publicações foram 2015, 2018 e 2019. Entre 2016 e 2017 o tema foi pouco debatido.



Fonte: O Autor

Gráfico 2 - Classificação qualis dos periódicos das publicações em artigos analisados.

No total foram analisados nove artigos, com predominância de “A2” com quatro publicações, seguido de “C” com duas publicações, enquanto as demais “B1”, “B2” e “B5”



Fonte: O Autor

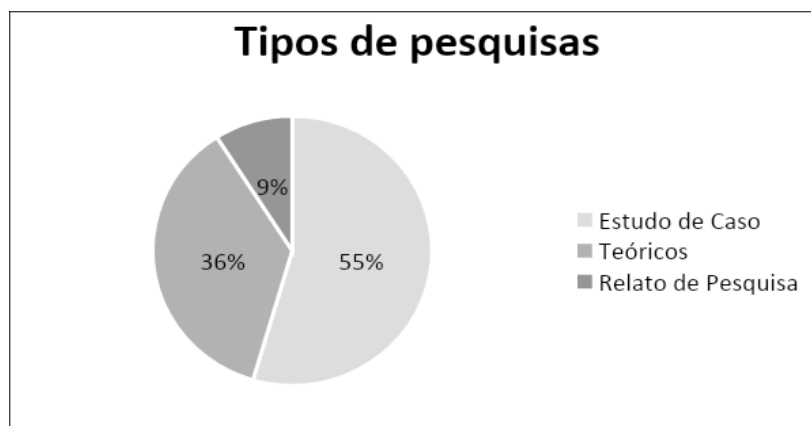
2.2 Tipo de Pesquisa

Ao avaliarmos os recursos metodológicos utilizados em relação ao tipo de pesquisa científica, foi possível distinguir que dos 11 textos estudados, seis (54%) foram classificados como estudos de caso, quatro (36%) como estudos teóricos e um (9%) como relatos de pesquisa. Dessa forma, o tipo de pesquisa que prevaleceu foi aquele que realizou algum estudo de caso (Gráfico 3), essencialmente a partir do mapeamento das condições físicas e arquitetônicas de acessibilidades em escolas do ensino básico.

A análise dos tipos de pesquisa possibilitou uma organização sistemática e abrangente do panorama geral sobre o material estudado. A seguir, são detalhados os principais dados e achados dos textos analisados, com ênfase nas conclusões obtidas sobre a acessibilidade como ferramenta essencial para a inclusão de alunos com deficiência física nas escolas de ensino básico no Brasil.

As considerações finais desta revisão sistemática da literatura permitiram identificar avanços significativos na perspectiva legislativa e política da acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência física na sociedade brasileira. No entanto, na prática, observa-se um grande descompasso

Gráfico 3 - Tipos de pesquisa de acordo com os recursos metodológicos utilizados. Mais da metade dos textos analisados foram estudos de caso, os quais essencialmente relatam sobre as condições físicas de acessibilidade em escolas de nível básico no Brasil.



entre a legislação e sua efetiva aplicação. Embora existam leis e decretos que deveriam garantir a acessibilidade nos espaços escolares, seu cumprimento ainda é irregular e muitas vezes negligenciado.

Além disso, as tentativas de implementação das diretrizes inclusivas têm se mostrado ineficientes e ineficazes, gerando contradições em relação aos dados estatísticos e fiscais apresentados por órgãos oficiais. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de estratégias práticas e eficazes que promovam a acessibilidade nas escolas básicas brasileiras, garantindo não apenas o direito à educação, mas também a formação e o desenvolvimento pleno dos cidadãos com deficiência física.

Outro ponto preocupante identificado na pesquisa é a escassez de estudos científicos aprofundados sobre o tema. A literatura atual apresenta um déficit de análises mais abrangentes e sistemáticas, limitando-se, na maioria dos casos, a investigações pontuais ou estudos de caso isolados, que não fornecem uma visão ampla e integrada da problemática. Os estudos existentes oferecem embasamento teórico relevante, mas carecem de aplicações e sugestões práticas que possam ser efetivamente implementadas no contexto educacional.

Diante desse cenário, torna-se essencial ampliar o debate sobre a acessibilidade nas escolas, buscando soluções concretas e aplicáveis que garantam o direito fundamental de ir e vir de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas. A inclusão escolar não deve ser apenas um princípio normativo, mas uma realidade efetiva, assegurando que alunos com deficiência tenham igualdade de oportunidades e plena participação no ambiente educacional. Portanto, faz-se necessária uma abordagem mais aprofundada do tema, com maior compromisso acadêmico, político e social, para que a acessibilidade deixe de ser apenas uma promessa legal e se torne um direito concretizado no dia a dia das escolas brasileiras.

2.3 Caracterização do Estudo

Este estudo visa caracterizar a amostra, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos formais e éticos, os objetivos da investigação e as hipóteses formuladas. Além disso, será detalhado o questionário adaptado e semiestruturado DEAPIAD (Dificuldades, Entendimentos e Atitudes dos Professores frente à Inclusão de Alunos com Deficiência), utilizado para compreender a percepção dos professores sobre o processo de inclusão escolar.

O objetivo central desta pesquisa é investigar como ocorre a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física no município de Ananindeua. Busca-se analisar as dificuldades, compreensões e atitudes dos professores de Educação Física e de Educação Especial diante dessa realidade nas escolas públicas. O estudo adota uma abordagem descritiva e qualitativa, com análise estatística baseada em médias e desvios padrão máximos e mínimos.

Para garantir a confiabilidade das informações obtidas, foi desenvolvido um questionário adaptado e semiestruturado, validado por um júri de especialistas (JÚRI DE EXPERTS) com ampla experiência científica e atuação na área da Educação Física Inclusiva.

2.4 Objetivos e Questões Investigadas

Este estudo tem como principal objetivo investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física nas escolas públicas de Ananindeua. O intuito é identificar os desafios enfrentados e compreender os fatores que impactam a frequência e participação dos alunos com deficiência, buscando soluções para reduzir a evasão escolar desse público.

Dessa forma, a pesquisa analisará as dificuldades, compreensões e atitudes que os professores de Educação Física e Educação Especial têm em relação à inclusão, contribuindo para a ampliação do debate e a busca por estratégias mais eficazes na promoção da acessibilidade e equidade no ambiente escolar.

2.5 Instrumentos de Medida

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário adaptado e semiestruturado, composto por 17 questões, sendo:

- 12 questões objetivas, destinadas a avaliar percepções, práticas e desafios no cotidiano
-
- A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

escolar;

- 5 questões dissertativas, que possibilitam uma análise qualitativa mais profunda sobre as dificuldades, entendimentos e atitudes dos professores no trabalho com alunos com deficiência física.

O instrumento tem como objetivo principal compreender como os profissionais interpretam e reagem aos desafios impostos pelo processo de inclusão nas aulas de Educação Física, permitindo um diagnóstico mais preciso sobre as necessidades e lacunas existentes na formação e no suporte oferecido aos docentes.

2.6 Dificuldades, Entendimentos e Atitudes dos Professores frente à Inclusão de Alunos com Deficiência (DEAPIAD)

Foi elaborado um questionário específico para esta pesquisa, denominado DEAPIAD (Dificuldades, Entendimentos e Atitudes dos Professores frente à Inclusão de Alunos com Deficiência). O instrumento foi desenvolvido em regime de colaboração com um júri de especialistas, composto por cinco Professores Doutores com reconhecida expertise na área da Educação Física Inclusiva. São eles:

- José Fernandes Filho (jffbepe@gmail.com) – Presidente do Júri
- Ricardo Figueiredo Pinto (rfp@conhecimentoeciencia.com)
- Anselmo de Athaide Costa e Silva (anselmocostaesilva@yahoo.com.br)
- Cláudio Diehl Nogueira (cdnogueira@hotmail.com)
- Décio Roberto Clegari (deciorc@gmail.com)

O DEAPIAD tem o propósito de captar percepções e experiências dos professores que atuam diretamente com alunos com deficiência física, buscando compreender como suas dificuldades, entendimentos e atitudes impactam a efetividade da inclusão escolar.

2.7 Procedimentos

O processo de investigação foi planejado em conjunto com o Departamento de Educação Física (DIEF) e o Departamento de Inclusão e Atendimento Especializado (DIAE), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Como parte desse processo, foi organizada uma

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

palestra formativa com o tema "A Educação Física Inclusiva", divulgada por meio de e-mails e grupos escolares no WhatsApp.

A palestra foi realizada no auditório da SEMED no dia 09/05/2019, tendo como palestrante o próprio autor desta pesquisa. O evento teve o seguinte conteúdo programático:

- Atualização de conceitos técnicos sobre Educação Física Inclusiva;
- Perspectivas e desafios da Educação Física Inclusiva;
- Trabalho colaborativo entre professores de Educação Física e Educação Especial;
- Principais desafios do processo de inclusão escolar.

Durante a palestra, foi informado que o questionário DEAPIAD seria aplicado, garantindo o respeito a todos os princípios éticos inerentes à pesquisa científica. Assegurou-se que a coleta de dados seria conduzida com total confidencialidade e anonimato, sem qualquer risco de exposição ou constrangimento para os participantes.

Para garantir o consentimento dos respondentes, foi assinado previamente, de forma voluntária, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A aplicação do questionário foi feita de forma online, utilizando a plataforma Google Forms.

O objetivo principal do questionário foi investigar as dificuldades, compreensões e atitudes dos professores de Educação Física e Educação Especial diante da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física.

Ao final da palestra, agradeceu-se a participação dos professores, reforçando a importância da pesquisa e a necessidade de respostas sinceras e espontâneas, refletindo a realidade vivida pelos docentes no cotidiano escolar. Além disso, assegurou-se que não haveria qualquer tipo de retaliação ou exposição dos participantes.

O questionário permaneceu disponível online entre os dias 09/05/2019 e 16/05/2019, encerrando-se após esse período a fase de aquisição dos dados para análise.

2.8 Análise e Tratamento de Dados

Os dados coletados por meio do questionário DEAPIAD foram processados de forma informatizada, utilizando a plataforma digital Google Forms. Em anexo a este estudo, encontram-se os dados brutos em sua totalidade, apresentados sob a forma de gráficos para as respostas objetivas e

uma síntese das respostas dissertativas de cunho subjetivo.

Para a análise estatística, foram aplicados parâmetros descritivos qualitativos, incluindo médias e desvios-padrão máximos e mínimos, permitindo uma melhor organização e interpretação dos dados relativos à amostra. Esse tratamento estatístico possibilitou uma visão estruturada sobre as percepções dos professores quanto ao processo de inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física.

2.9 Definição e Caracterização das Variáveis do Estudo

Para a condução da pesquisa, foram estabelecidas variáveis independentes e dependentes, conforme descrito a seguir:

Variáveis Independentes:

- Experiência profissional com alunos com deficiência.
- Experiência específica com alunos com deficiência física na escola.

Variáveis Dependentes:

- Dificuldades, compreensões e atitudes dos professores em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência física.
- Vantagens e desvantagens do processo de inclusão para os alunos com deficiência.
- Vantagens e desvantagens do processo de inclusão para os alunos sem deficiência.

Essa estrutura permitiu que a pesquisa explorasse, de forma detalhada, os desafios enfrentados pelos professores e os impactos do processo de inclusão tanto para os alunos com deficiência quanto para seus colegas sem deficiência.

2.10 Características da Amostra

A população-alvo deste estudo é composta por Professores de Educação Física e Professores de Educação Especial vinculados à Secretaria de Educação de Ananindeua (SEMED).

A amostra utilizada é não probabilística, composta pelos docentes que responderam voluntariamente ao questionário online disponibilizado no dia 22 de maio de 2019, por meio do link:

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

https://docs.google.com/forms/d/1wSaGGPh9bpU2FPqQAGkE2wvIy5vFEQVZc5frP_e7m4E/edit

No total, participaram da pesquisa 53 professores, sendo:

- 24 do gênero masculino (n = 24; 45,3%)
- 29 do gênero feminino (n = 29; 54,7%)

A amostra representa um grupo diversificado de profissionais que atuam diretamente na educação inclusiva, fornecendo percepções valiosas sobre os desafios e oportunidades que envolvem a acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar.

Tabela 1 - Distribuição da Amostra segundo o gênero.

Gênero da amostra	
Feminino	54,70%
Masculino	45,30%

Fonte: O Autor

Identificou-se que os servidores públicos participantes da amostra, quarenta e seis (46) professores possuem com o Município de Ananindeua vínculo efetivo (n= 46; 86,8%), ou seja, são concursados. E apenas sete (7) servidores respondentes ao questionário (13,2%) estão temporariamente a serviço da Prefeitura (n= 7; 13,2%).

Tabela 2 - Distribuição da amostra segundo vínculo profissional.

Vínculo profissional em Ananindeua	
Efetivo	86,80%
Temporário	13,20%

Fonte: O Autor

Outro levantamento do DEAPIAD, investigou o grau acadêmico dos professores que trabalham diretamente com os alunos com deficiência física, e descobriu-se que:

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Vinte (20) professores são licenciados ($n = 20$; 37,7%). Dois (2) são bacharéis ($n = 2$; 3,8%).

Quarenta e quatro (44) Professores são especialistas, o que representa a grande maioria dos docentes: ($n = 44$; 83%). Existem três (3) professores em nível superior de Mestrado ($n = 3$; 5,7%) e não temos nenhum Professor Doutor na rede municipal.

Tabela 3 - Distribuição da amostra segundo grau acadêmico.

Grau Acadêmico	
Licenciado	20 - 37,7%
Bacharelado	2 - 3,8%
Especialista	44 - 83%
Mestrado	3 - 5,7%
Doutorado	0

Fonte: O Autor

Em relação a experiência profissional em trabalhar com o público em questão, quarenta e oito (48) discentes ($n = 48$; 90,6%) já tiveram a oportunidade em trabalhar com alunos com deficiência. E apenas cinco (5)deles: 9,4% ainda não tiveram essa experiência ($n = 5$; 9,4%).

Sendo que quarenta e três (43) professores, tiveram essa experiência em escolas públicas de Ananindeua ($n = 43$; 81,1%) e dez (10) profissionais nunca atenderam alunos especiais ($n=10$; 18,9%).

Tabela 4 - Distribuição da amostra segundo experiência profissional

5. Em Ananindeua já teve oportunidade de trabalhar com alunos com deficiência física?	
Sim	43 - 81,10%
Não	10 - 18,90%

Fonte: O Autor

Especificamente sobre a deficiência física, atualmente quarenta e um (41) professores estão atendendo alunos com algum tipo de comprometimento físico (n= 41; 77,4%) em suas aulas.

Doze (12) profissionais não estão atendendo neste ano letivo até o presente momento da aplicação do DEAPIAD, alunos com deficiência física (n= 12; 22,6%).

3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo faremos à apresentação dos resultados obtidos, no que diz respeito ao tratamento dos dados estatísticos efetuados. De antemão, apresentaremos os resultados de natureza ligada à estatística descritiva (média, desvio padrão, frequência de respostas, conceitos e percentuais máximos e mínimos) das variáveis dependentes (vantagens e desvantagens do processo de inclusão para alunos **com** deficiência, e vantagens e desvantagens do processo de inclusão para alunos **sem** deficiência).

3.1 Resultados de natureza descritiva

Os parâmetros referentes à estatística descritiva, leva em consideração à análise de todas as características peculiares da amostra, desta forma, possibilita à interpretação dos resultados obtidos, por meio da aplicação do instrumento utilizados nesta investigação (DEAPIAD). Nas tabelas referentes a questão 13 e 14, apresenta-se as respostas dos professores inquiridos nas investigações. Expõe-se abaixo as respostas, e suas respectivas frequências, conceitos e percentuais:

Tabela 5 - Tabela das Respostas da participação dos alunos

Respostas em relação às vantagens e desvantagens da participação de alunos com deficiência nas aulas de educação física.				
Abordagem	Respostas	Frequência (118)	Conceito	Percentual em relação à frequência
Vantagem	Autonomia/ Autoestima	18	Autonomia está relacionada à capacidade de escolha e de independência. Autoestima é a maneira que enxergamos e administramos nossos próprios sentimentos de valor e de competência	15,25%

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

			pessoal. Branden (1999)	
Vantagem	Inclusão/Socialização	28	Ambiente escolar que promove estratégias de socialização, onde os alunos cada um dentro da sua limitação participam das aulas com igualdade de oportunidades de aprendizado.	23,72%
Vantagem	Desenvolvimento psicomotor	23	Capacidade de realizar funções cognitivas e motoras progressivamente mais complexas; estando envolvidos tanto a capacidade física, intelectual e social da pessoa.	19,49%
Vantagem	Afetividade / Valorização do ambiente escolar	13	Interagir de forma afetiva, convivendo de forma pacífica, respeitosa e generosa. Nessa interação afetiva cada sujeito	

			intensifica sua relação consigo mesmo e observa seus limites, aprendendo a respeitar os limites do outro.	11,01%
Vantagem	Respeito a diversidade	2	O reconhecer e respeitar à diversidade no ambiente escolar irá produzir ações individuais que propiciarão as necessidades coletivas, com a ajuda mútua na oferta de qualidades e pensamentos diferentes em razão do bem comum.	1,69%
Desvantagem	Acessibilidade Precária	15	Conjunto de condições e possibilidades ao alcance de todas as pessoas com deficiência, com utilização segura e autônoma de imobiliário, espaços físicos e edificações.	12,71%
Desvantagem	Despreparo Profissional	10	Escassez de servidores e ausência de programas de qualificação desses profissionais que atuam na educação física inclusiva.	8,47%
Desvantagem	Falta de participação familiar	1	Falta participação da família no ambiente escolar no processo de inclusão da	0,84%

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

			Pessoa com Deficiência.	
Desvantagem	Preconceito escolar	6	Discriminação de alunos com deficiência no ambiente escola, fazendo juízo de valor negativo das pessoas, atacando suas limitações.	5,08%
Desvantagem	Limitações físicas do aluno	2	Limitação do funcionamento físico-motor, ocorre por problemas no cérebro ou no sistema locomotor, levando ao mau funcionamento ou paralisia dos membros superiores ou inferiores.	1,69%

Fonte: O Autor

Relativamente as respostas desta tabela, iremos pautar os itens mais elencados e defendidos no entendimento dos professores. Lembrando que as perguntas do DEAPIAD, oportunizavam os professores a apontarem até três (3) vantagens e até três (3) desvantagens em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência física.

3.2.1 Autonomia e Autoestima

Esse conceito foi citado por 15,25% dos respondentes, com 18 professores destacando a autonomia e a autoestima como vantagens do processo de inclusão.

Autonomia e autoestima estão intrinsecamente ligadas. Para que uma criança com necessidades educacionais especiais desenvolva autonomia, é essencial que lhe sejam proporcionadas

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

oportunidades de tomada de decisão e vivências que reforcem seu senso de pertencimento ao grupo. Segundo o Dicionário Aurélio, autonomia significa, entre outras coisas, "faculdade de se governar por si mesmo; liberdade ou independência moral ou intelectual". Isso evidencia que a autonomia está diretamente relacionada à capacidade de escolha e independência.

De acordo com Branden (1999), autoestima refere-se à forma como nos enxergamos e sentimos sobre nós mesmos. É um reflexo do sentimento de valor e competência pessoal, sendo um fator determinante para o sucesso ou fracasso de um indivíduo. Piaget (1967, p. 39) reforça essa ideia ao afirmar que "os sentimentos de inferioridade ou superioridade estão diretamente ligados ao sentimento de autovalorização, onde sucessos elevam as pretensões do sujeito, enquanto fracassos reduzem seu respeito às próprias ações futuras".

3.2.2 Inclusão e Socialização

Esse conceito foi mencionado por 23,72% dos professores, com 28 docentes apontando a inclusão e a socialização como benefícios do processo inclusivo.

O ambiente escolar deve ser estruturado de forma a promover a socialização, garantindo que todos os alunos participem das atividades, independentemente de suas limitações. Segundo Arruda (2014), a adoção de estratégias inclusivas permite a construção de uma educação de fato igualitária, promovendo equidade no aprendizado.

Para os alunos com deficiência física, a adaptação das atividades é essencial para proporcionar interação, trabalho em equipe, fortalecimento das relações interpessoais e desenvolvimento do espírito esportivo. A participação ativa desses alunos em aulas de Educação Física, com conteúdos adaptados, assegura que todos tenham acesso à prática esportiva. Em casos mais severos, como os alunos com paralisia cerebral (PC), a inclusão pode ocorrer com o apoio de professores e colegas, seja por meio da comunicação alternativa ou da assistência na locomoção.

Embora as limitações físicas sejam um fator a ser considerado, é fundamental que as potencialidades sejam valorizadas. Todos os alunos, com ou sem deficiência, devem ser estimulados a aprender e a desenvolver suas habilidades, respeitando seu próprio tempo de progresso. Assim, conclui-se que inclusão não significa sofrimento, mas sim participação e equidade, garantindo respeito e oportunidades iguais para todos.

3.2.3 Desenvolvimento Psicomotor

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Esse conceito foi apontado por 19,49% dos professores, sendo citado por 23 docentes como uma vantagem significativa da inclusão.

O desenvolvimento psicomotor refere-se à capacidade de realizar funções cognitivas e motoras progressivamente mais complexas, envolvendo aspectos físicos, intelectuais e sociais. No contexto da Educação Física Inclusiva, esse desenvolvimento se manifesta na aprendizagem motora de alunos com limitações físicas, respeitando o tempo individual de aprendizado de cada estudante.

As capacidades físicas fundamentais – força, velocidade, resistência, agilidade e flexibilidade – são essenciais para a prática esportiva e devem ser trabalhadas de forma adaptada para atender às necessidades dos alunos com deficiência (Dantas, 2003; Fernandes Filho et al., 2007). Contudo, o sucesso desse processo depende da infraestrutura escolar, da formação dos educadores e da disponibilidade de recursos didáticos que favoreçam a adaptação e inclusão dos estudantes na maioria das atividades.

3.2.4 Afetividade e Valorização do Ambiente Escolar

Esse aspecto foi citado por 11,01% dos professores, com 13 docentes reconhecendo a afetividade como um fator essencial na inclusão.

Um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo deve promover interações afetivas e respeitadas entre os alunos, incentivando a empatia e a cooperação. A interação social permite que cada aluno reconheça seus próprios limites e respeite os limites dos colegas, contribuindo para a construção de um espaço educacional mais humano e acolhedor.

Segundo Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e construção". Assim, um ambiente escolar inclusivo deve ser pautado no respeito às diferenças, no estímulo à cooperação e na promoção de atitudes solidárias dentro da escola.

3.2.5 Respeito à Diversidade

Este conceito foi apontado por apenas 1,69% dos professores (2 docentes), mas é de extrema importância para garantir a inclusão efetiva de alunos com deficiência.

O reconhecimento e o respeito à diversidade no ambiente escolar são fundamentais para promover a convivência harmoniosa entre os alunos, independentemente de suas diferenças. A

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

diversidade deve ser ensinada e incentivada, envolvendo família, educadores e sociedade, para que todos compreendam a importância do respeito às diferenças de gênero, raça, credo, cor, opiniões e limitações físicas.

A escola tem um papel essencial nesse processo, promovendo ações que incentivem o respeito mútuo e a cooperação. Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994, p. 17-18), a Educação Inclusiva é uma política de justiça social que visa garantir o direito à educação de todos os alunos, considerando suas necessidades individuais e proporcionando igualdade de oportunidades.

Os dados analisados demonstram que os professores reconhecem diversas vantagens da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física, incluindo o fortalecimento da autoestima, socialização, desenvolvimento psicomotor e valorização do ambiente escolar. No entanto, também foram apontados desafios significativos, como a falta de acessibilidade, o despreparo profissional e a resistência de alguns membros da comunidade escolar.

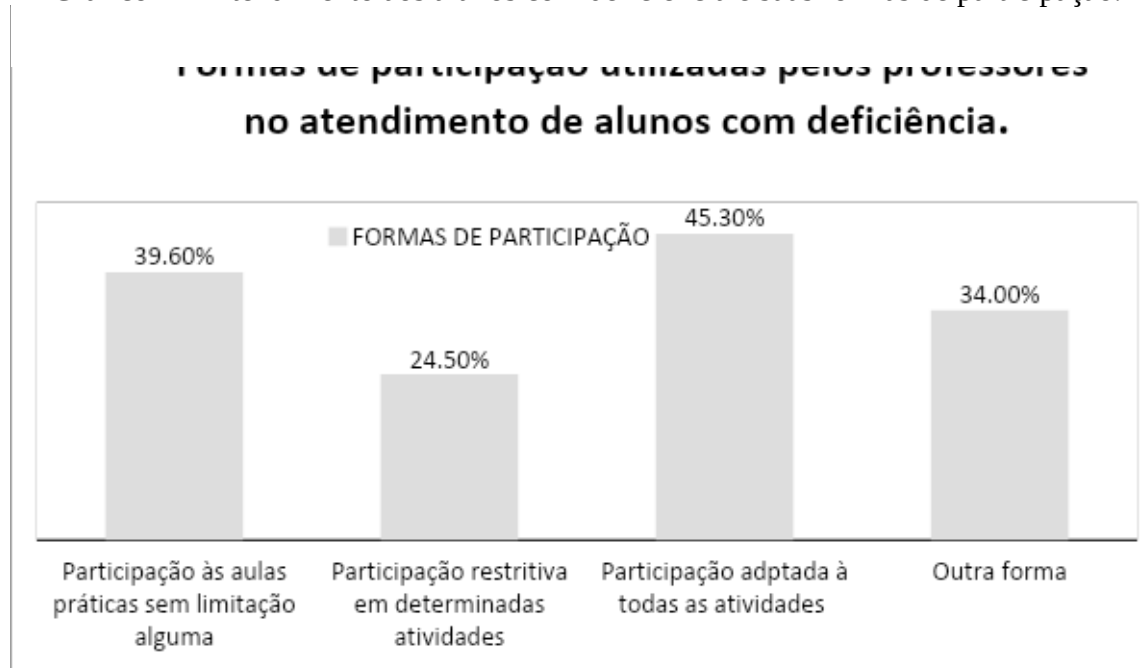
A inclusão escolar deve ser encarada como um compromisso coletivo, envolvendo escola, professores, alunos, famílias e sociedade. Para que o processo inclusivo seja efetivo, é fundamental garantir:

- Infraestrutura adequada para acessibilidade.
- Formação continuada para professores sobre práticas inclusivas.
- Participação ativa da família no desenvolvimento do aluno.
- Políticas educacionais que assegurem suporte técnico e pedagógico para a inclusão.

Portanto, a inclusão de alunos com deficiência física na Educação Física não deve ser vista como um desafio isolado, mas como uma oportunidade de construção de um ambiente escolar mais igualitário, colaborativo e respeitoso para todos.

Fonte: O Autor

Gráfico 4 - Atendimento aos alunos com deficiência e suas formas de participação.



Fonte: O Autor

A nona questão do DEAPIAD, investigou sobre qual a atitude dos professores ao se deparar com a informação que possui aluno com deficiência física em sua turma, quarenta (40) deles (75,5%) dizem incluir os alunos nas atividades; nove (9) professores (17,0%) praticam a integração; quatro (4), (7,5%) tem outra atitude; e nenhum deles dispensa os alunos com deficiência das atividades; o que para o processo de inclusão é uma atitude por parte dos professores de grande valor moral e ético.

Gráfico 5 - Atitude do professor frente ao processo de inclusão.

Encontra-se preparado (a) para trabalhar (atender) o público de alunos com deficiência física em que percentual foi a décima indagação. Para vinte e quatro (24) professores (45,3%) dizem-se preparados de 70 a 90%, mas necessitando de capacitação específica; quinze (15) professores (28,3%) estão preparados em 50% e tem dúvidas de como integrá-los às aulas; oito (8) deles (15,1%) afirmam que estão (20 a 40%) preparados para o atendimento desse público e necessitam formação específica; e apenas dois (2) professores (3,8%) afirmam estar 100% preparados para o atendimento de alunos com deficiência física.

Gráfico 6 - Atitude dos Professores

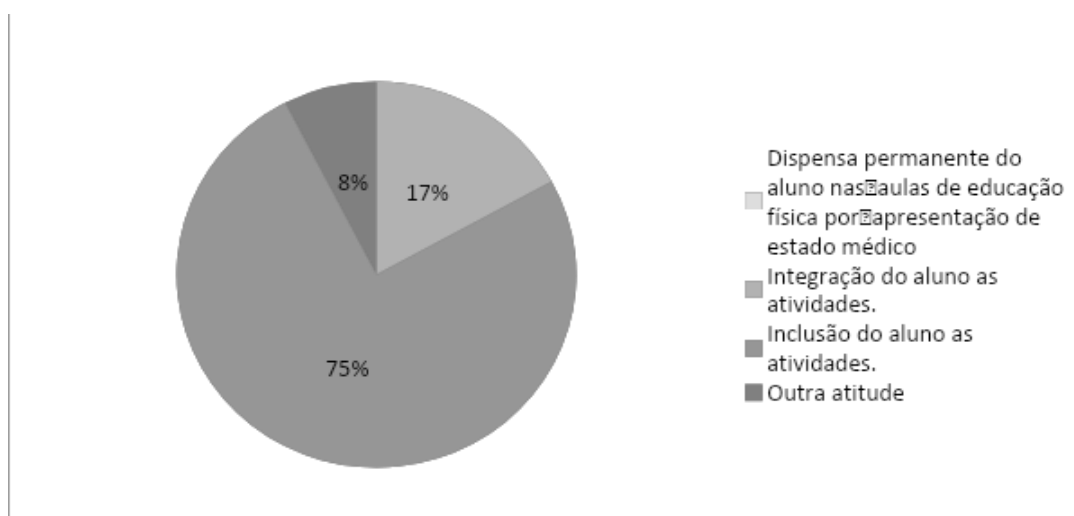
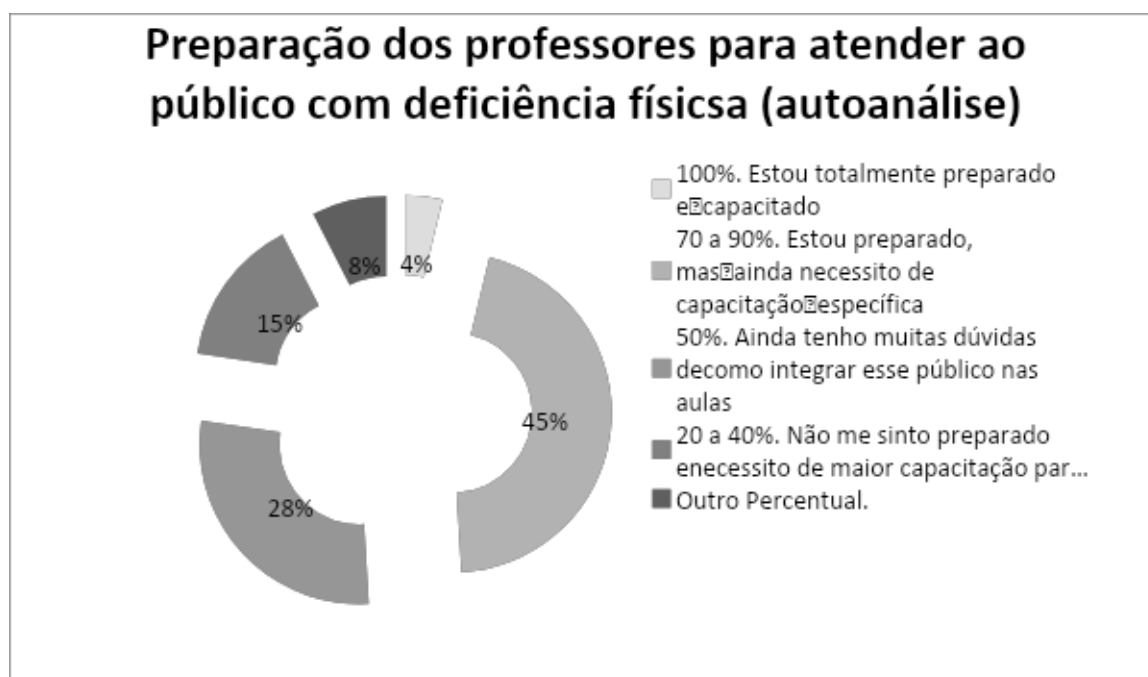


Gráfico 7 - Percentual de preparação para atendimento especializado aos ADF.



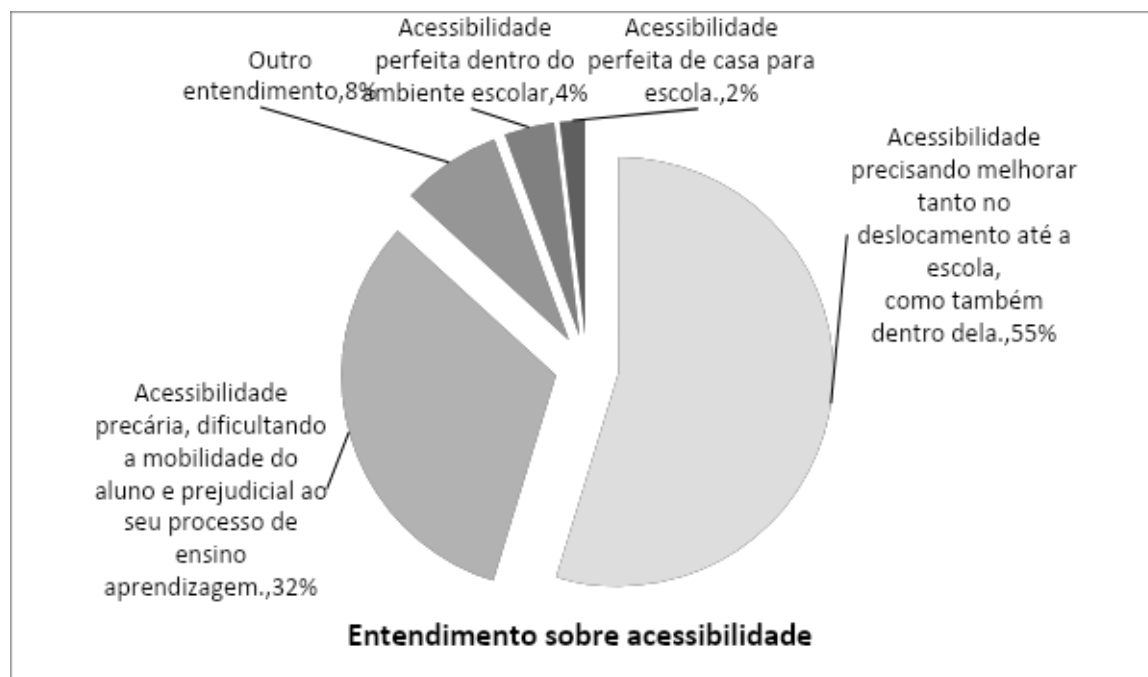
Foi avaliado à percepção, como os professores entendem que os alunos com deficiência física são aceitos socialmente pela comunidade escolar. Para a grande maioria deles quarenta e seis (46), que representam a grande maioria de respostas da amostra (86,8%) percebem que a discriminação existe sim; e sete (7) professores (13,2%) não percebem discriminação por parte da comunidade.

A décima segunda questão levantou o entendimento que os profissionais possuem em relação à acessibilidade dos alunos com deficiência física na escola. Para vinte e nove (29) (54,7%) a acessibilidade precisa de melhorias no deslocamento de casa à escola e também dentro do ambiente escolar; dezessete (17), (32,1%) dos professores entendem que a acessibilidade é precária e prejudicial

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

ao processo ensino-aprendizagem dos alunos; um (01) único professor (1,9%) entende que a acessibilidade é perfeita no deslocamento de casa para a escola; dois (2) professores (3,8%) entendem que a acessibilidade é perfeita dentro do ambiente escolar; e quatro (4) deles (7,5%) tem outro entendimento.

Gráfico 8 - Entendimento dos professores em relação à acessibilidade.



Fonte: O Autor

3.2 Resultados de natureza subjetiva

As questões 13 e 14 do DEAPIAD foram analisadas e debatidas detalhadamente na Tabela (número a ser inserido). Neste capítulo, a atenção será voltada para as questões 15 e 16, que abordam, respectivamente, as dificuldades e soluções para um caso fictício de inclusão e as práticas lúdico-esportivas mais apreciadas pelos alunos com deficiência física durante as aulas de Educação Física.

A questão 15 apresentou aos professores um estudo de caso fictício de um aluno cadeirante paraplégico de 12 anos, cuja deficiência foi causada por paralisia cerebral. Ele não consegue ficar em pé ou andar, pois não possui movimentos voluntários nos membros inferiores (MMII), mas possui plena funcionalidade nos membros superiores (MMSS), além de se comunicar fluentemente e ter capacidade cognitiva preservada. O aluno sabe ler, escrever e se desloca de forma independente em

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

sua cadeira de rodas. A intenção desse cenário foi permitir que os professores refletissem sobre as dificuldades e soluções para integrar esse aluno nas aulas de Educação Física, levando em consideração a estrutura escolar, os recursos disponíveis e sua própria experiência profissional.

Dentre as principais dificuldades apontadas, destacam-se aspectos como resistência e adaptação dos demais alunos, barreiras arquitetônicas, falta de formação específica dos professores, sensibilização da comunidade escolar e ausência de materiais adaptados. Um dos professores relatou preocupação com a necessidade de garantir que os demais alunos respeitassem a individualidade do estudante cadeirante, sugerindo a criação de regras específicas para sua participação nas atividades:

Prof. 1: *“Haveria dificuldade no sentido dos outros alunos respeitarem sua individualidade. Precisaríamos criar regras específicas para que ele participasse, destacando sua importância na dinâmica da atividade.”*

Essa preocupação encontra respaldo em Senra et al. (2008, p. 33), que ressaltam que a inclusão não se limita apenas às deficiências físicas, mas envolve também outras diferenças individuais e singularidades que devem ser trabalhadas dentro do ambiente escolar.

Outro ponto crítico levantado foi a falta de infraestrutura adequada, tanto dentro quanto no entorno da escola. Um dos docentes afirmou que a maior dificuldade estaria relacionada às condições arquitetônicas, já que o estudante poderia ser incluído sem grandes desafios pedagógicos, visto que possui plena capacidade cognitiva:

Prof. 2: *“As maiores dificuldades seriam estruturais, tanto dentro quanto no entorno da escola. Precisaríamos de melhorias na acessibilidade para garantir sua participação.”*

Esse problema estrutural não é recente e já foi debatido por Anísio Teixeira (1935, p. 39), que defendia que os espaços escolares deveriam atender aos padrões adequados para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos.

A falta de formação específica para professores que lidam com alunos com deficiência também foi uma preocupação destacada. Um dos docentes ressaltou que a formação inicial nem sempre prepara o professor para atuar em um ambiente inclusivo, e que a falta de materiais didáticos e esportivos adaptados agrava essa situação:

Prof. 3: *“As dificuldades estão na formação, que nem sempre prepara o professor para sua atuação, e nas condições objetivas, principalmente infraestrutura e materiais. Porém, com o auxílio da turma e adaptações necessárias, pode-se integrar e até incluir o aluno nas aulas.”*

De acordo com Altet et al. (2001, p. 26), a prática docente exige reflexão e adaptação
A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

constantes, pois o profissional da Educação Física deve ir além da simples aplicação do currículo, desenvolvendo estratégias inovadoras para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Além das barreiras estruturais e pedagógicas, a sensibilização da comunidade escolar também foi apontada como um desafio. Um professor destacou que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário conscientizar os demais alunos sobre a importância das adaptações nas atividades, garantindo um ambiente de respeito e cooperação:

Prof. 4: *“A inclusão exige a compreensão dos demais alunos sobre a necessidade de adaptação das atividades, para que todos possam participar de forma justa e equitativa.”*

Esse pensamento é reforçado por Rodrigues (2011) e Chicon (2011), que afirmam que a inclusão vai além da simples inserção de um aluno na sala de aula, exigindo uma transformação na mentalidade de toda a comunidade escolar.

A falta de materiais adaptados também foi um problema apontado por vários professores:

Prof. 5: *“A escola não tem acesso adequado para cadeirantes, desde a entrada até as salas e quadra. É preciso melhorar a infraestrutura e disponibilizar materiais adaptados.”*

A esse respeito, Sassaki (2006) ressalta que a acessibilidade não deve ser reduzida apenas à presença de rampas, mas deve incluir um conjunto de condições que garantam o direito de ir e vir dos alunos, promovendo segurança, autonomia e inclusão plena.

Após indicarem as principais dificuldades, os professores propuseram soluções para integrar o aluno cadeirante às atividades esportivas. Muitos defenderam que o aluno deveria participar das mesmas atividades que os demais colegas, respeitando suas limitações sem ser excluído:

Prof. 6: *“O aluno é funcional e tem o cognitivo preservado. O tratamento e as atividades devem ser iguais para todos! Sua dificuldade motora não deve ser um determinante para que ele seja excluído de certas atividades.”*

Esse pensamento está alinhado com Telford & Sawrey (1978), que afirmam que a deficiência física não deve ser um fator limitante, desde que sejam oferecidos recursos adequados para adaptação.

Além disso, alguns professores sugeriram o incentivo ao esporte adaptado, como basquete e atletismo para cadeirantes, enfatizando que a participação ativa do aluno nessas modalidades favoreceria sua inclusão e desenvolvimento:

Prof. 7: *“Essas características mostram um potencial para se trabalhar esportes adaptados, como basquete e atletismo, juntamente com os demais alunos.”*

Segundo o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o esporte adaptado tem um papel fundamental na inclusão de pessoas com deficiência, promovendo bem-estar físico e psicológico.

A questão 16 buscou compreender quais eram as atividades lúdico-esportivas mais apreciadas pelos alunos com deficiência física. Os professores relataram que os alunos demonstram maior interesse por atividades com bolas de diferentes tamanhos e funcionalidades, jogos de precisão e concentração, dança e esportes adaptados, como basquete e vôlei sentado:

Prof. 8: *“Os alunos gostam de todas as atividades que podem realizar de acordo com suas capacidades. Em geral, eles apresentam melhor rendimento em atividades que exigem movimentos mais lentos, de precisão e concentração.”*

Os professores destacaram que, em suas experiências, os alunos com deficiência se sentem mais motivados quando podem participar ativamente das aulas, seja através de jogos recreativos, seja assumindo papéis de liderança em determinadas atividades. Essa percepção encontra respaldo em Pedrinelli (2002, p. 54), que afirma que respeitar as diferenças individuais dentro das aulas de Educação Física cria um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor.

Diante dos desafios e das possíveis soluções apontadas pelos professores, fica evidente que a inclusão de alunos com deficiência física na Educação Física ainda enfrenta barreiras significativas, mas também possui grande potencial para ser um ambiente de aprendizado e socialização. O sucesso desse processo depende da adoção de práticas pedagógicas inclusivas, da sensibilização da comunidade escolar e do investimento em infraestrutura e formação profissional. Dessa forma, a Educação Física pode se tornar uma ferramenta poderosa de inclusão social, promovendo autonomia, autoestima e respeito à diversidade.

3.3 Discussão de resultados

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, buscando compreender os valores coletados nas respostas dos professores e associá-los a estudos semelhantes, embasando-se em referenciais teóricos. A partir das referências utilizadas neste estudo, percebeu-se de forma clara que o processo de inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física depende diretamente da formação e das atitudes positivas dos professores. Correia e Martins (2002, p.52) enfatizam que a figura do professor é um recurso indispensável na criação e manutenção de ambientes educacionais inclusivos e enriquecedores.

A inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em salas regulares,
A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

junto com os demais colegas, representa o primeiro passo para a inclusão educacional. Rodrigues e Magalhães (2007, p.90) reforçam que as práticas e atitudes dos professores exercem grande influência sobre o desenvolvimento das crianças com deficiência, sendo um fator determinante no êxito do processo de inclusão. Diante desse contexto, a pesquisa procurou investigar as dificuldades, entendimentos e atitudes dos professores da rede pública de Ananindeua (PA) frente à inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física.

Os dados foram obtidos por meio do questionário DEAPIAD e analisados estatisticamente. A amostra foi composta por 29 professoras (54,7%) e 24 professores (45,3%), demonstrando uma boa distribuição de gênero. Estudos como os de Forlin, Loremann, Sharma e Earle (2007), citados por Santos e César (2010, p.176), apontam que professoras do gênero feminino tendem a apresentar atitudes mais favoráveis à inclusão, o que pode estar relacionado a uma maior sensibilidade para as necessidades dos alunos.

O vínculo profissional dos participantes mostrou prevalência de servidores efetivos (46 professores – 86,8%), em comparação a apenas 7 educadores temporários (13,2%). O elevado número de docentes concursados sugere uma oportunidade de avanço na formação continuada, possibilitando capacitações sobre Educação Física Inclusiva.

O grau acadêmico também foi analisado, com os seguintes resultados:

- 44 especialistas
- 20 licenciados
- 2 bacharéis
- 3 mestres
- Nenhum doutor

Os dados refletem que a maioria dos professores possui formação avançada, o que pode contribuir para maior envolvimento com metodologias inclusivas. No entanto, a ausência de doutores sugere um potencial de crescimento na qualificação acadêmica, especialmente em pesquisas voltadas à inclusão educacional.

Outro ponto positivo identificado foi a experiência prévia dos professores com alunos com deficiência. A pesquisa revelou que 41 docentes (77%) atualmente possuem alunos com NEE em suas turmas, um fator que, segundo Oliveira (2003, p.16), pode melhorar a atitude dos professores em relação à inclusão, quando aliado a uma base teórica sólida.

3.3.1 Formas de Participação e Abordagens Inclusivas

Os professores relataram que a forma mais utilizada para integrar alunos com deficiência física nas aulas é a adaptação das atividades para permitir a participação de todos. Essa abordagem é fundamental, pois resulta em implicações como:

- Respeito às diferenças e limitações individuais
- Ensino diferenciado, respeitando potenciais e habilidades
- Valorização da cooperação e do trabalho em equipe
- Reflexão crítica sobre a empatia e o respeito ao próximo

A Educação Física Adaptada permite vivências práticas que ampliam as potencialidades dos alunos, enquanto aprimoram suas limitações, tornando-se uma ferramenta essencial para a inclusão. De acordo com os PCN's (1997, p.30), o professor deve determinar a dinâmica das atividades de forma a viabilizar a participação de todos os alunos, promovendo um ambiente escolar mais equitativo.

A atitude dos professores demonstrou-se extremamente favorável à inclusão, com 40 docentes (75,5%) afirmando que incluiriam alunos com deficiência física em suas atividades regulares. Segundo Lebres (2010), é papel da comunidade acadêmica e da sociedade desenvolver atitudes positivas e acolhedoras para garantir que alunos com deficiência possam se integrar plenamente no ambiente escolar.

Entretanto, uma preocupação importante surgiu na pesquisa: nenhum dos professores declarou-se 100% preparado para atender alunos com deficiência física. Os resultados foram:

- 24 professores (45,3%) relataram estar 70-90% preparados, mas sentem necessidade de mais formação
- 15 professores (28,3%) afirmaram estar 50% preparados, com muitas dúvidas sobre inclusão
- 8 professores (15,1%) declararam não se sentir preparados para trabalhar com esse público

Rodrigues e Magalhães (2007, p.91) ressaltam que, embora os professores demonstrem atitudes positivas em relação à inclusão, há receios devido à falta de preparo e apoio especializado. Isso reforça a necessidade de capacitação e suporte pedagógico contínuo.

Outro dado preocupante refere-se à percepção dos professores sobre o preconceito no

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

ambiente escolar. 46 docentes (86,8%) afirmaram que os alunos com deficiência ainda enfrentam algum tipo de discriminação. Segundo Mendes (2001), a Educação Especial passou por quatro fases evolutivas:

- Negligência
- Institucionalização
- Educação Segregada
- Educação Inclusiva

A fase atual, o paradigma da Educação Inclusiva, ainda enfrenta desafios para ser plenamente implementada.

A acessibilidade também foi uma preocupação levantada por 29 professores (54,7%), que apontaram a necessidade de melhorias tanto no deslocamento de casa para a escola quanto na estrutura interna das instituições. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2017), o índice de inclusão de alunos com deficiência em classes regulares subiu de 85,5% (2013) para 90,9% (2017), mas apenas 40,1% dos estudantes têm acesso a um atendimento educacional especializado, demonstrando que a acessibilidade ainda é uma barreira significativa.

3.3.2 Vantagens e Desafios do Processo de Inclusão

Entre as principais vantagens apontadas pelos professores, destacam-se:

- Autonomia e Autoestima
- Inclusão e Socialização
- Desenvolvimento Psicomotor

Já entre os desafios enfrentados para garantir a inclusão, foram citados:

- Acessibilidade precária
- Despreparo profissional
- Falta de colaboração da família

A inclusão exige práticas pedagógicas inovadoras, como apontado por Mantoan (2003), que sugere:

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

- Garantir que toda criança é capaz de aprender
- Criar condições para que todos desenvolvam suas habilidades
- Incentivar a cooperação e o diálogo entre alunos e professores
- Estimular a formação contínua dos educadores
- Substituir avaliações classificatórias por processos contínuos de aprendizagem

As atividades mais apreciadas pelos alunos com deficiência física foram:

- Jogos cooperativos com bola
- Desportos educacionais
- Corrida
- Dança

Atividades lúdicas são fundamentais para a inclusão, pois favorecem a interação, cooperação e respeito às diferenças. Como afirmado por Sarmiento (apud Nhary, 2006, p.57), o brincar é uma das atividades sociais mais significativas na construção da aprendizagem.

Por fim, 100% dos professores demonstraram interesse em participar de cursos e formações continuadas para aprimorar seus conhecimentos sobre Educação Física Inclusiva. Mendes (2012) ressalta que a educação inclusiva é um direito adquirido, que exige mudanças na mentalidade social e pedagógica para garantir um ensino mais equitativo e democrático para todos.

Gráfico 9 - Evolução dos alunos matriculados



Fonte: O Autor

4. CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo evidencia a importância da Educação Física como ferramenta fundamental para a promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência física. Os resultados obtidos demonstram que os professores de Educação Física e Educação Especial do município de Ananindeua reconhecem o potencial inclusivo da disciplina e estão dispostos a aprimorar seus conhecimentos para atender melhor esse público. A pesquisa revelou que a maioria dos docentes é efetiva na rede pública de ensino e apresenta um nível acadêmico elevado, com predominância de especialistas e licenciados. No entanto, ainda há carência de mestres e doutores, o que sugere a necessidade de incentivo à formação continuada e à produção de conhecimento na área.

A forma de participação mais utilizada para incluir alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física é a adaptação das atividades para permitir a participação de todos. Essa abordagem foi apontada como essencial para garantir respeito às diferenças, estimular a cooperação e fortalecer o senso de pertencimento dos estudantes. Os docentes demonstraram atitudes favoráveis à inclusão, buscando integrar os alunos com deficiência de maneira natural e equitativa. No entanto, os próprios professores relataram não se sentirem completamente preparados para atender a essa demanda, o que reforça a necessidade de formações específicas e contínuas para aprimorar suas práticas pedagógicas.

Outro ponto relevante identificado na pesquisa foi a percepção de que os alunos com deficiência ainda enfrentam preconceito dentro do ambiente escolar. Esse dado evidencia a necessidade de um trabalho contínuo de conscientização da comunidade escolar, promovendo ações que incentivem a aceitação e a valorização da diversidade. Além disso, os professores apontaram a acessibilidade precária como um dos principais desafios para a inclusão, destacando tanto a falta de infraestrutura nas escolas quanto as dificuldades no deslocamento dos alunos de casa para a instituição de ensino. A ausência de estruturas adequadas compromete não apenas a participação dos alunos nas aulas de Educação Física, mas também seu acesso a outros espaços escolares e atividades pedagógicas.

Entre os benefícios da inclusão nas aulas de Educação Física, os docentes ressaltaram o desenvolvimento da autonomia e da autoestima dos alunos com deficiência, além da socialização e do aprimoramento psicomotor. Essas vantagens não se restringem apenas aos alunos com deficiência, mas também impactam positivamente seus colegas sem deficiência, promovendo valores como respeito, cooperação e solidariedade. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura, o despreparo profissional e a pouca colaboração das famílias foram citados como entraves ao pleno desenvolvimento da inclusão escolar.

As atividades mais apreciadas pelos alunos com deficiência física durante as aulas de Educação Física foram jogos cooperativos, esportes adaptados, dança e brincadeiras lúdicas. Esses resultados reforçam a importância de uma abordagem pedagógica inclusiva que valorize o movimento, a interação social e a ludicidade como meios de aprendizagem e desenvolvimento. A totalidade dos professores participantes manifestou interesse em participar de formações continuadas para aprimorar suas práticas e garantir um ensino mais inclusivo e eficaz.

A inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético e social. A Educação Física tem um papel central nesse processo, pois proporciona experiências corporais que vão além do desempenho esportivo, favorecendo a cooperação e a construção de relações interpessoais mais empáticas e respeitadas. No entanto, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios estruturais e culturais que precisam ser superados. Para isso, é fundamental que políticas públicas sejam efetivadas e fiscalizadas, garantindo que a Lei da Inclusão seja cumprida de forma plena.

Dentre as limitações encontradas na pesquisa, destaca-se a ausência da Educação Física Inclusiva como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, o que contribui para a insegurança dos docentes ao lidar com alunos com deficiência. Além disso, houve dificuldades na adesão de alguns participantes ao questionário, o que pode ter limitado a abrangência dos resultados. A falta de estudos prévios com a mesma amostragem também impossibilitou comparações mais detalhadas, reforçando a necessidade de novas pesquisas na área.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar o número de variáveis investigadas para fortalecer a análise e a compreensão do impacto da inclusão na Educação Física. Além disso, é essencial que se avancem em políticas públicas que incentivem a inclusão não apenas no âmbito educacional, mas também no esporte, na cultura e no lazer. Apenas por meio de mudanças atitudinais e estruturais será possível garantir uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de um compromisso contínuo dos profissionais de Educação Física com a inclusão. É essencial que os docentes busquem constantemente capacitação e inovação pedagógica para garantir que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham acesso a um ensino de qualidade. A escola inclusiva é um direito de todos e deve ser construída com base no respeito, na equidade e na valorização das diferenças. Somente assim será possível transformar a Educação Física em uma verdadeira ferramenta de inclusão e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida Holanda, C. M., de Andrade, F. L. J. P., Bezerra, M. A., da Silva Nascimento, J. P., da Fonseca Neves, R., Alves, S. B., & Ribeiro, K. S. Q. S. (2015). Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 175-184. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015201.20082014>
- Alves, M. R. L. (2005). *Educação Física Adaptada: onde está você?* Universidade Estadual Paulista.
- Araújo, L. A. D., & Maia, M. (2016). A cidade, o dever constitucional de inclusão social e a acessibilidade. *Revista de Direito da Cidade*, 8(1), 225-244. <https://doi.org/10.12957/rdc.2016.20187>
- Azevedo, P. H., & Barros, J. D. F. (2008). O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 12(1), 77-84.
- Basei, A. P. (2009). O desenvolvimento profissional e a construção da identidade do professor de Educação Física do ensino superior [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina].
- Basei, A. P., & Cavasini, G. F. (2015). A inclusão escolar e as condições de acessibilidade: um estudo preliminar na região sudoeste do Paraná. *Cinergis*, 16(1), 15-24.
- Betti, M., & Zuliani, L. R. (2009). Educação física escolar: uma proposta de diretrizes. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 1(1), 12-25.
- Borges, A. A. P., & Campos, R. H. D. F. (2018). A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(spe), 69-84. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382418240005>
- Brasil. (2004). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*.
- Casado, C. C. C., Pontes, F. A. R., & Aragão, M. G. (2008). Um estudo sobre as amizades em classes inclusivas. In: *Tecnologia e inclusão social da pessoa deficiente* (pp. 47-57). Belém: EDUEPA.
- Castellani Filho, L., Lúcia, S. C., Taffarel, C. N. Z., Varjal, E., Escobar, M. O., & Bracht, V. (2014). *Metodologia do ensino de educação física*. Cortez Editora.
- Castro, G. G., Abrahão, C. A. F., Xavier, Â., do Nascimento, L. C. G., & Figueiredo, G. L. A. (2018). Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. *Revista Educação Especial*, 31(60), 93-105.
- Cidade, R. E., & Freitas, P. S. (2002). Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Revista Integração*, 14, 27-30.
- Cunha, A. D. S. (2012). Um laço entre família e escola na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

- De Carvalho, C. H. R. (2015). Políticas de melhoria das condições de acessibilidade do transporte urbano no Brasil (No. 2139). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Dias, E. Q. (2016). Acessibilidade espacial e inclusão em escolas municipais de educação infantil [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Diehl, R. M. (2006). Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência (pp. 61-89). São Paulo: Phorte.
- Dunn, A. L., Trivedi, M. H., & O'Neal, H. A. (2001). Physical activity dose-response effects on outcomes of depression and anxiety. In Database of Abstracts of Reviews of Effects (DARE): Quality-assessed Reviews [Internet]. Centre for Reviews and Dissemination (UK).
- Durão, A. M. S., de Mello, M. C. B., & Miasso, A. I. (2005). Grupo de acompanhamento de portadores de esquizofrenia em uso de clozapina e de seus familiares: percepção dos participantes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(5), 524-528.
- Federal, S. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.
- Ferreira, S. L. (2007). Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(1), 43-60.
- Figueiredo, R. V. (2009). A educação infantil e a inclusão escolar: heterogeneidade, cultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 15(1), 121-140.
- Filus, J. F., & Júnior, J. M. (2004). Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. *Journal of Physical Education*, 15(2), 79-87.
- Goodwin, R. D. (2003). Association between physical activity and mental disorders among adults in the United States. *Preventive Medicine*, 36(6), 698-703.
- Gualano, B., & Tinucci, T. (2011). Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 25, 37-43.
- Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). (2010). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 10 de julho de 2019, de <http://www.ibge.gov.br>
- Júnior, P., & Duarte, V. (2019). Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual: legislação e procedimentos pedagógicos na educação básica. *Revista Direito-Tubarão*.
- Ladeira, F., & Amaral, I. (1999). A educação de alunos com multideficiência. Coleção Apoios Educativos. Lisboa.
- Leitão, F. R. (1980). Algumas perspectivas históricas sobre educação especial. *Ludens*, 4(3), 12-18.
- Lopes, B. G., & De Marchi, P. M. (2015). A tecnologia como meio de inclusão dos deficientes visuais no transporte público. *Iniciação-Revista De Iniciação Científica, Tecnológica E Artística*, 5(4).
- Marzinek, A. (2004). A motivação de adolescentes nas aulas de educação física [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília].

- Matiskei, A. C. R. M. (2004). Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Educar em Revista*, 23, 185-202.
- Matos, M. A. S., de Souza, D. B., & de Oliveira, J. P. (2019). Acessibilidade e educação infantil: o processo de inclusão do público-alvo da educação especial em Manaus/AM. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(esp. 1), 760-774. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.1.12900>
- Mazini Filho, M. L., Júnior, R. L. P., Caras, J. C. C. N., de Matos, D. G., de Oliveira Venturini, G. R., Savóia, R. P., & Zanella, A. L. (2009). A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. *Lecturas, Educación Física y Deportes: Revista Digital*, 14.
- Mello, A., & Portugal, L. (2017). Um procedimento baseado na acessibilidade para a concepção de planos estratégicos de mobilidade urbana: O caso do Brasil. *EURE (Santiago)*, 43(128), 99-125. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612017000200005>
- Meyer, T., & Broocks, A. (2000). Therapeutic impact of exercise on psychiatric diseases. *Sports Medicine*, 30(4), 269-279.
- Ministério da Educação. (1994). Subsídios para a elaboração da política nacional para a integração das pessoas portadoras de deficiência no sistema regular de ensino. Brasília: Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do Ministério da Ação Social/Departamento de Educação Especial do Ministério da Educação.
- Nogueira, A., Maia, M. N., & Farias, M. R. (2015). Acessibilidade no ambiente escolar como forma de inclusão social. *Revista Expressão Católica*, 4(2).
- Oliveira, A. I. A., Lourenço, J. M. Q., & Lourenço, M. G. F. (2008). Perspectivas da tecnologia assistiva no Brasil: Pesquisa e prática. UDUEPA.
- Oliveira, C. B. (2004). Mídia, cultura corporal e inclusão: conteúdos da educação física escolar. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, (77), 19.
- Oliveira, C. D., & Mill, D. (2016). Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 11(3), 1169-1183.
- Pasqualotti, P., & Passerino, L. (2006). Critérios de usabilidade e de acessibilidade em software de construção de narrativas colaborativas. *Anais do IBERDISCAP*, 20-22.
- Passerino, L. M., & Montardo, S. P. (2007). Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. *E-Compós*, 8.
- Peluso, M. A. M., & Andrade, L. H. S. G. D. (2005). Physical activity and mental health: the association between exercise and mood. *Clinics*, 60(1), 61-70.
- Ribeiro, S. M. (2009). O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física [Monografia de Graduação, Universidade Metodista de Piracicaba].
- Rodrigues, A. T., Bertin, V., Vitor, L. G. V., & Fujisawa, D. S. (2014). Crianças com e sem deficiência auditiva: o equilíbrio na fase escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(2), 169-178.
- Rosa, J. P. P., Rodrigues, D. F., & Freitas, P. S. (2009). A prática do karatê para pessoas em cadeira

de rodas. EFDeportes, 133. Recuperado de <http://www.efdeportes.com/efd133/karate-para-pessoas-em-cadeira-de-rodas.htm>

Santos, C. R. D. (2017). O espaço da deficiência e a cidade deficiente: análise da apropriação do espaço público pela pessoa com deficiência física em Trindade–GO [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Santos, M. C. D. (2016). O direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva na promoção da acessibilidade na escola. InFor, 1(1), 51-60.

Santos, V. F. D. (2013). Educação inclusiva: uma responsabilidade a ser compartilhada por todos [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Sassaki, R. K. (1997). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA.

Seabra Junior, L. (2006). Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].

Silva Filho, D. M., & Kassar, M. D. C. M. (2019). Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos. Revista Educação Especial, 32, 27-41.

Silva, A. P. D. (2004). O princípio de inclusão em Educação Física escolar: um estudo exploratório no município de São João Del Rei. Revista Rio Claro, 10(2), 141.

Silva, N. C., & Carvalho, B. G. E. (2017). Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Educação Especial, 23(2), 293-308. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000200006>

Siqueira, I. M., & Santana, C. D. S. (2010). Proposta de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná].

Sposati, A. D. O. (1996). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. In Mapa da exclusão/inclusão social da Cidade de São Paulo.

Zardo, S. P., & Freitas, S. N. (2015). Deficiência e acessibilidade: concepções de gestores estaduais que atuam na implementação da política pública de educação inclusiva. Educação e Fronteiras, 5(14), 21-30.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

A APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

Aplicação de questionário para coleta de dados sobre a realidade da inclusão na escola.

1. Qual seu sexo?

☐ Feminino

☐ Masculino

2. Qual seu vínculo profissional em Ananindeua?

☐ Efetivo

☐ Temporário

3. Qual seu grau acadêmico?

☐ Licenciado

☐ Bacharelado

☐ Especialista

☐ Mestrado

☐ Doutorado

4. Em sua atuação profissional, já trabalhou com alunos com deficiência física?

☐ Sim

☐ Não

5. Em Ananindeua, já teve oportunidade de trabalhar com alunos com deficiência física?

☐ Sim

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

☐ Não

6. Atualmente, na(s) escola(s) que você atua, está trabalhando com alunos que apresentam alguma deficiência física?

☐ Sim

☐ Não

7. Indique as razões pelas quais não trabalha ou não trabalhou com alunos com deficiência física:

☐ Falta de oportunidade

☐ Falta de habilitação ou confiança

☐ Falta de alunos com deficiência física nas turmas que atendo

☐ Falta de condições de acessibilidade do aluno à sua aula

☐ Falta de melhor infraestrutura escolar para atendimento

☐ Outra razão: _____

8. Indique as formas de participação que mais tem utilizado no trabalho (atendimento) de seus alunos com deficiência física:

☐ Participação às aulas práticas sem limitações ou restrições

☐ Participação restritiva em determinadas atividades

☐ Participação adaptada a todas as atividades

☐ Outra forma: _____

9. Ao se deparar com a informação que possui aluno com deficiência física em sua turma, qual sua atitude?

☐ Dispensa permanente do aluno nas aulas de educação física por apresentação de estado médico

☐ Integração do aluno às atividades

☐ Inclusão do aluno às atividades

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

() Outra atitude: _____

10. Encontra-se preparado(a) para trabalhar (atender) o público de alunos com deficiência física em que percentual?

() 100% – Estou totalmente preparado e capacitado

() 70 a 90% – Estou preparado, mas ainda necessito de capacitação específica

() 50% – Ainda tenho muitas dúvidas de como integrar esse público nas aulas

() 20 a 40% – Não me sinto preparado

() Outro percentual: _____

11. Em sua percepção, você entende que os alunos com deficiência física são aceitos socialmente, sem qualquer tipo de discriminação pela comunidade escolar?

() Sim

() Não

12. Que entendimento você possui em relação à acessibilidade dos alunos com deficiência física na escola em que você os atende?

() Acessibilidade perfeita de casa para escola

() Acessibilidade perfeita dentro do ambiente escolar

() Acessibilidade precisando melhorar tanto no deslocamento até a escola quanto dentro dela

() Acessibilidade precária, dificultando a mobilidade do aluno e prejudicial ao seu processo de ensino-aprendizagem

() Outro entendimento: _____

13. Cite de uma a três vantagens e de uma a três desvantagens que os alunos com deficiência física têm ao participar das aulas de educação física escolar:

Vantagens: _____

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Desvantagens: _____

14. Cite de uma a três vantagens e de uma a três desvantagens que os alunos com deficiência física têm ao conviver nas aulas de educação física:

Vantagens: _____

Desvantagens: _____

15. Imagine-se na seguinte situação:

Numa de suas turmas, encontra-se matriculado um aluno cadeirante paraplégico de 12 anos de idade, cuja deficiência ocorreu em função de paralisia cerebral. O aluno não fica em pé e não anda, por não possuir nenhum tipo de movimento voluntário nos membros inferiores (MMII). O aluno oraliza fluentemente, sabe ler e escrever, tem todos os movimentos de tronco e membros superiores (MMSS) em perfeita funcionalidade e desloca-se com autonomia em sua cadeira de rodas.

Levando em consideração a especificidade da deficiência em questão, a acessibilidade no entorno e dentro da escola, os recursos materiais disponíveis, assim como seus conhecimentos e experiência profissional sobre o caso:

Quais dificuldades você apontaria?

Que soluções você tem a propor no sentido de integrar ou até mesmo incluir o aluno em suas aulas?

16. Em sua percepção profissional, quais são as práticas lúdico-pedagógico-desportivas que os alunos com deficiência física mais gostam dentro de suas aulas?

17. A partir deste momento, pretende ser oportunizado pela SEMED a participar de formações que visem aperfeiçoar e aumentar seus conhecimentos sobre a aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física?

() Sim

() Não

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa

Título	A Aplicabilidade da Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física em Ananindeua-PA.
Coordenador	Prof. Dr. José Fernandes Filho (jff@eefd.ufrj.br)
Pesquisador Responsável	Prof. Esp. Reinaldo Dias Caldas, (91) 981912503; e-mail: professorreinaldocaldas@gmail.com

Prezado (a) Senhor (a):

O Professor Mestrando Reinaldo Dias Caldas, aluno do programa de **MESTRADO EXERCÍCIO E BEM ESTAR** da **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT- LISBOA)**, sobre orientação do Professor Doutor José Fernandes Filho, pretende realizar um estudo com as seguintes características:

Título do Projeto de Pesquisa: A Aplicabilidade da Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física em Ananindeua-PA.

Objetivo do Estudo: investigar como vem sendo realizado, o processo de inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física do município de Ananindeua.

Descrição dos Procedimentos Metodológicos: Será utilizado como ferramenta um questionário semiestruturado; onde as respostas serão objetivas e dissertativas, analisadas e discutidas de forma descritiva. O questionário será respondido pelos Professores de Educação Física e Professores de Educação Especial da amostra selecionada.

Benefícios para os Participantes: Ter uma noção mais precisa de como o processo de inclusão de alunos com deficiência física ocorre nas escolas do município.

Forma de Obtenção da Amostra: Através de um questionário semiestruturado.

Uso de Placebo: Não utilizado.

Garantia de Acesso: Em qualquer fase do estudo você terá pleno acesso ao profissional responsável pelo telefone e e-mail indicados.

A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física.

Garantia de Liberdade: Sua participação neste estudo é absolutamente voluntária, todos os participantes são livres para a qualquer momento, negar o seu consentimento ou abandonar o programa se assim o desejar, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização.

Mediante a sua aceitação, siga as instruções determinadas pelo pesquisador responsável.

Direito de Confidencialidade: Os dados colhidos na investigação serão utilizados para subsidiar a confecção de artigos científicos, e construção de TESE DE MESTRADO. Garantido a total privacidade e estrito anonimato dos participantes no tocante aos dados. Assim como a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem, escusando-se de utilizar as informações geradas pelo estudo em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades escolares; inclusive em termos de autoestima, de prestígio ou de quaisquer outras formas de discriminação.

Direito de Acessibilidade: Os seus dados específicos colhidos no transcurso da pesquisa ficarão total e absolutamente disponíveis para consulta, bem como asseguramos a necessária interpretação e informações cabíveis sobre os mesmos. Em caso de dúvidas ou perguntas, queira manifestar-se em qualquer momento para explicações adicionais, dirigindo-se ao pesquisador.

Despesas e Compensações: As despesas porventura acarretadas pela pesquisa serão de responsabilidade do pesquisador. Não havendo por outro lado qualquer previsão de compensação financeira.

Após a leitura do presente Termo, da tutela legalmente estabelecida sobre o participante da pesquisa, declaro expressamente que entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participação, dou meu consentimento para participar livremente do mesmo.

Ananindeua, __ de __ de 2019.

Assinatura do Participante ou Representante Legal			
Nome Completo (legível)			
Identidade nº		CPF nº	

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
Faculdade de Educação Física e Desporto

COFAC - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL

Documento conforme o original certificado
nos termos do n.º 1, 2 e 3 do art.º 32,
do Decreto - Lei 135/99, de 22 de abril,

PROVAS DO MESTRADO: **EXERCÍCIO E BEM-ESTAR** - Educação atual.

CANDIDATO: **Reinaldo Dias Caldas**

Data 10/10/2023

Assinatura António Labisa da Silva

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ***"A aplicabilidade da Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física do Município de Ananindeua-Pará: Um Estudo das dificuldades, entendimentos e atitudes dos Professores de Educação Física e Educação Especial, frente aos desafios do Processo de Inclusão de alunos com Deficiência Física"***

DATA: **29 de Julho de 2021**

VOTO

APROVADO.....

☒

RECUSADO.....

☐

CLASSIFICAÇÃO (10-20 valores):

Numerário	Extenso
12	doze

Valores

FUNDAMENTAÇÃO: O trabalho apresentado, quer no seu formato escrito, quer depois na apresentação da defesa, encontra-se satisfatório, cumprindo os objectivos mínimos.

Como pontos menos positivos, saliente-se algum viés na revisão de literatura e o tratamento pouco aprofundado dos dados.

Como pontos positivos, a procura de discussão dos resultados, enquadrando-os no contexto onde decorreu o estudo

Assinatura: _____

António Labisa da Silva

Assinado por: **António João Labisa da Silva**
Palmeira

Num. de Identificação: 09260271

Data: 2021.07.30 09:13:20 +0100



CHAVE MÓVEL
• • • • •

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
Faculdade de Educação Física e Desporto

COFAC - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL

Documento conforme o original certificado
nos termos do n.º 1, 2 e 3 do art.º 32,
do Decreto - Lei 135/99, de 22 de abril,
na sua redação atual.

PROVAS DO MESTRADO: **EXERCÍCIO E BEM-ESTAR**

CANDIDATO: **Reinaldo Dias Caldas**

Data

10/16/2023

Assinatura

[Assinatura]

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ***"A aplicabilidade da Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física do Município de Ananindeua-Pará: Um Estudo das dificuldades, entendimentos e atitudes dos Professores de Educação Física e Educação Especial, frente aos desafios do Processo de Inclusão de alunos com Deficiência Física"***

DATA: **29 de Julho de 2021**

VOTO

APROVADO.....

☐

RECUSADO.....

☐

CLASSIFICAÇÃO (10-20 valores):

Numerário	Extenso
12	doze

Valores

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando as limitações que o trabalho apresenta nalgumas das suas dimensões, particularmente no que respeita à revisão da literatura e sua relação com o processo metodológico seguido, o candidato é aprovado com a classificação de 12 (doze) valores.

Assinatura:

Francisco Alberto Ramos Leitão

[Assinatura]



Assinado por: FRANCISCO
ALBERTO RAMOS LEITÃO
Identificação: 8104299865
Data: 2021-08-02 às 11:19:31